

Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO DE ATHIS NO DISTRITO FEDERAL:

**A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO ATHOS/UNB EM
PARCERIA COM A CODHAB/DF**

Rachel Benedet de Sousa Martins
Orientadora: Cristiane Guinancio

Brasília, 2024.

REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO DE ATHIS NO DISTRITO FEDERAL:

A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO ATHOS/UNB EM PARCERIA COM A CODHAB/DF

Reflections on the context of technical assistance for social housing in Brazil's Federal District: The experience of the partnership between the ATHOS/UnB university extension project and CODHAB/DF

Rachel Benedet de Sousa Martins

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como requisito à obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof. Dra. Cristiane Guinancio (FAU/UnB)

Banca examinadora:

Prof. Dr. Caio Santo Amore de Carvalho (FAU/USP)

Prof. Dr. Perci Coelho de Souza (SER/UnB)

Membro suplente:

Prof. Dr. Leandro de Souza Cruz

Brasília, 2024.

FICHA CATALOGRÁFICA

Br Benedet de Sousa Martins, Rachel
REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO DE ATHIS NO DISTRITO FEDERAL:
A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO ATHOS/UNB EM PARCERIA
COM A CODHAB/DF / Rachel Benedet de Sousa Martins;
orientador Cristiane Guinancio. -- Brasília, 2024.
103 p.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) --
Universidade de Brasília, 2024.

1. Habitação de interesse social. 2. Assistência técnica.
3. Lei 11.888/2008. 4. Extensão universitária. 5. Distrito
Federal. I. Guinancio, Cristiane, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Às mulheres guerreiras que lutam pelo direito de morar.

À Universidade de Brasília e ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, pela oportunidade de me dedicar à pesquisa como bolsista, pelo amadurecimento e aprendizado adquirido enquanto arquiteta e pesquisadora.

A minha família, Elias, Simoni, Rebecca, David, Amanda, Cadu e Laika, por todo o amor, paciência, motivação e apoio ao longo dessa trajetória.

A minha orientadora, Cristiane, pela motivação, dedicação e parceria durante o processo de orientação.

Aos antigos, atuais e futuros integrantes do Projeto ATHOS.

Aos professores Ana Paula, Maria Claudia, Trevisan, Leandro, Orlando e tio Eduardo, que me inspiram a continuar explorando o mundo acadêmico.

Aos professores Caio e Perci, pela participação e contribuições na banca de qualificação e defesa.

Aos meus gestores e colegas do Ministério das Cidades, Bruno, Fabíola, Renan e Rodrigo, pela confiança, parceria e colaboração.

Aos militantes dos movimentos sociais urbanos, que me ensinam tanto sobre a luta organizada pelo direito à moradia, sobretudo pela melhoria da qualidade de vida nos nossos territórios.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para esse trabalho.

EPÍGRAFE

“[...] as cidades do futuro, em vez de feitas de vidro e aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira. Em vez das cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI instala-se na miséria.”

(Davis, M.; 1946, p. 29)

RESUMO

A pesquisa visa refletir acerca da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), com foco na experiência da extensão universitária em parceria com a gestão pública do Distrito Federal (DF), entre 2018 e 2022. A ATHIS, regulamentada pela Lei 11.888/2008, oferece a possibilidade de acompanhamento a famílias em situação de vulnerabilidade social que desejam construir ou reformar suas casas. Em face dos altos índices de precariedade e inadequação de domicílios, sua implementação mostra-se insuficiente. Diante disso, defende-se a maior inserção de profissionais capacitados nesse contexto e a qualificação das ações para a promoção do acesso à moradia digna. O estudo ampara-se em reflexões sobre o conceito do “habitar” e a função social do arquiteto, bem como na contextualização histórica e territorial. Por meio da observação participante, se analisa o processo de atendimento do subprograma Melhorias Habitacionais da Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CODHAB/DF) em ações desenvolvidas com o Projeto “Assessoria Técnica para o Habitar de Origem Social” da Universidade de Brasília (ATHOS/UnB). Uma análise crítica da metodologia utilizada suscitou reflexões sobre seus benefícios, limitações e atores envolvidos. De forma complementar, a pesquisa identifica consensos sobre os gargalos da política pública por meio do diálogo com profissionais que trabalham com assessoria técnica para HIS no DF. Destacam-se as deficiências na compreensão da demanda, a limitação da participação do público-alvo nos processos de decisão e as dificuldades de acesso a financiamentos públicos. Os resultados apontam para o fortalecimento da ATHIS como política pública de maneira participativa, territorializada e multissetorial, visando à garantia do direito à moradia e à democratização da arquitetura.

Palavras-chave: Habitação de interesse social; Assistência técnica; Lei 11.888/2008; Extensão universitária; Distrito Federal; Habitar.

ABSTRACT

The research aims to reflect on the field of Technical Assistance for Social Housing (ATHIS), focusing on the experience of university extension in partnership with the public administration of the Federal District (DF) between 2018 and 2022. Regulated by the Federal Law 11.888/2008, ATHIS offers the possibility to support families that wish to build or renovate their homes. Given the high levels of precariousness and inadequacy in housing, its implementation is insufficient. Therefore, this research defends a greater involvement of qualified professionals in this context and the qualification of actions to promote access to decent housing. This study is grounded in reflections on the a conceptual framework about *habitat* and the social role of the architect, as well as a historical and physical background. Through participant observation, the study analyzes the service process of the Housing Improvements subprogram of the Housing Development Company (CODHAB/DF) in actions developed in partnership with the Project "Technical Assistance for Social Housing" frfom University of Brasília (ATHOS/UnB). A critical analysis of the methodology used prompted reflections on its benefits, limitations, and the involved actors. Additionally, the research aims to identify consensus on the challenges of the public policy through dialogue with professionals working with technical assistance for social housing. Deficiencies in the comprehension of the context, restrictions in the target audience's participation in decision-making processes, and difficulties in accessing public financing are highlighted. The results point towards strengthening ATHIS as a participatory, territorialized, and multisectoral technical advisory, aiming to ensure the right to housing and the democratization of architecture.

Key-words: Social housing; Technical assistance; Brazil Federal Law 11,888; University extension Project; Federal District; Habitat.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Etapas e procedimentos metodológicos da investigação.....	26
Figura 2: Os âmbitos de realização do habitar.....	30
Figura 3: Vista aérea da Asa Norte, área “valorizada” no Plano Piloto de Brasília	31
Figura 4: Vista aérea de Brazlândia, área “desvalorizada” no entorno de Brasília/DF ..	32
Figura 5: Evolução da ocupação urbana do DF no contexto de remoção de favelas do Plano Piloto.	46
Figura 6: Mapeamento das Áreas de Regularização Fundiária dentro da Macrozona urbana do Distrito Federal – As ARIS localizam-se na periferia do Plano Piloto.....	51
Figura 7: Intervenções contempladas pelo Subprograma Melhorias Habitacionais nas regiões administrativas do DF.....	53
Figura 8: Metodologia do Programa Melhorias Habitacionais	54
Figura 9: Localização de Brazlândia na APA da Bacia do Rio Descoberto e distância do Plano Piloto de Brasília.	59
Figura 10: Localização da Vila São José em Brazlândia/DF	59
Figura 11: Situação existente da cozinha / Figura 12: Imagem 3D do projeto para cozinha	64
Figura 13: Discussão do projeto com apoio de maquete física para melhor compreensão do Estudo Preliminar	64
Figura 14: Localização de São Sebastião em relação ao Plano Piloto de Brasília	67
Figura 15: Localização da Vila do Boa em São Sebastião/DF	67
Figura 16: Residência Ana Claudia: Banheiro antes da intervenção.	69
Figura 17: Residência Ana Claudia: Banheiro após a intervenção – substituição das louças, instalação de revestimento cerâmico nas paredes e piso.....	69
Figura 18: Residência Ana Claudia: Sala antes da intervenção.....	70
Figura 19: Residência Ana Claudia: Sala após a intervenção – recomposição estrutural de trincas e fissuras nas paredes e cinta de amarração; revisão das instalações elétricas.	70
Figura 20: Residência Elisângela: Fachada frontal antes da intervenção.....	70
Figura 21: Residência Elisângela: Fachada frontal após a intervenção – construção de laje pré-moldada em concreto; alvenaria de vedação; instalação de telhado.	71

Figura 22: Residência Elisângela: sala antes da intervenção.	71
Figura 23: Residência Elisângela: sala após a intervenção – construção de laje pré-moldada em concreto; alvenaria de vedação.	71
Figura 24: Residência Guiomar: banheiro antes da intervenção.	72
Figura 25: Residência Guiomar: banheiro após a intervenção – substituição das louças, instalação de revestimento cerâmico nas paredes e piso.	72
Figura 26: Residência Guiomar: área de serviço antes da intervenção.	72
Figura 27: Residência Guiomar: área de serviço após a intervenção – regularização do piso; abertura com cobogós para nova cozinha; instalação de tanque de lavar roupas.	73
Figura 28: Residência Guiomar: cozinha antes da intervenção.	73
Figura 29: Residência Guiomar: cozinha após a intervenção – reforma da cozinha com instalação de nova pia e bancada; pintura das paredes; abertura com cobogós e instalação de revestimento cerâmico.	73
Figura 30: Residência Zildo: fachada frontal antes da intervenção.	74
Figura 31: Residência Zildo: fachada frontal após a intervenção – aplicação de reboco.	74
Figura 32: Residência Zildo: cozinha antes da intervenção.	74
Figura 33: Residência Zildo: cozinha após a intervenção – aplicação de reboco nas paredes; assentamento de novo piso cerâmico; instalação de nova bancada.	75
Figura 34: Residência Zildo: banheiro antes da intervenção.	75
Figura 35: Residência Zildo: banheiro após a intervenção – substituição das louças, instalação de revestimento cerâmico nas paredes e piso.	75
Figura 36: Discussão coletiva para apresentação dos sonhos e agrupamento das cartelas em “macrotemas” para etapa de Planejamento.	81
Figura 37: Cartelas selecionadas para etapa de Planejamento.	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Procedimentos metodológicos da Pesquisa Participante	24
Tabela 2: Relação entre distância do Plano Piloto e renda familiar média.....	47
Tabela 3: Especificidades do atendimento a famílias em Brazlândia – GRUPO 1.....	60
Tabela 4: Especificidades do atendimento a famílias em Brazlândia – GRUPO 2.....	61
Tabela 5: Andamento das obras dos beneficiários atendidos pelo Projeto ATHOS em 2019	68
Tabela 6: Especificidades do atendimento às famílias em São Sebastião que tiveram as obras executadas pela CODHAB/DF	69
Tabela 7: Planejamento de cenários futuros ideais em ATHIS	82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Déficit habitacional absoluto (nº de domicílios) por Região Administrativa...	50
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ATHIS	Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
HIS	Habitação de Interesse Social
FJP	Fundação João Pinheiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
ARIS	Áreas de Regularização de Interesse Social
CODHAB/DF	Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal
CAU/BR	Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil
DF	Distrito Federal
UnB	Universidade de Brasília
ATHOS	Assessoria Técnica para o Habitar de Origem Social
ACT	Acordo de Cooperação Técnica
BNH	Banco Nacional de Habitação
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
ATME	Assistência Técnica à Moradia Econômica
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
ONGs	Organizações Não-Governamentais
AT	Assistência Técnica
CEI	Campanha de Erradicação de Invasões
ARIS	Áreas de Regularização de Interesse Social
PDOT	Plano Diretor de Ordenamento Territorial
LUOS	Lei de Uso e Ocupação do Solo
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
RA	Região Administrativa
SEDUH/DF	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal
SINAPI	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
IA	Investigação Apreciativa
FNA	Federação Nacional dos Arquitetos
JATHIS	Jornadas de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social

FAU/UnB	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília
NCSB	Nenhuma Casa Sem Banheiro
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
UNOPS	United Nations Office for Project Services
SUS	Sistema Único de Saúde
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL, O ENTENDIMENTO DO HABITAR E O DEBATE SOBRE O PAPEL SOCIAL DO ARQUITETO E URBANISTA	28
CONCEITOS NORTEADORES.....	28
PERCURSO HISTÓRICO DA HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL.....	37
A ATUAÇÃO DAS ENTIDADES DE ARQUITETURA E URBANISMO NO CAMPO DE TRABALHO DA ATHIS.....	41
CAPÍTULO 2: O CONTEXTO DE ATHIS NO DISTRITO FEDERAL E A ATUAÇÃO DO ESTADO NAS ÁREAS DE REGULARIZAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (ARIS)	45
CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: AS ARIS NO DISTRITO FEDERAL	45
O SUBPROGRAMA MELHORIAS HABITACIONAIS DA CODHAB/DF	52
AÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO ATHOS/UNB.....	55
CAPÍTULO 3: PESQUISA DE CAMPO – A PARCERIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COM A GESTÃO PÚBLICA E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA PROMOÇÃO DO DIREITO À MORADIA	57
ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS EM BRAZLÂNDIA/DF	58
PROJETOS EXECUTADOS E OBRAS CONCLUÍDAS EM SÃO SEBASTIÃO/DF... ..	66
DIÁLOGOS COM PROFISSIONAIS DA ATHIS	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
ANEXO 1 – OFICINA: REFLEXÕES SOBRE ATHIS NO DF	100
ROTEIRO DA DINÂMICA.....	102

INTRODUÇÃO

O contexto da Habitação de Interesse Social (HIS) no Brasil tem exigido reflexões e ações distintas, em face da diversidade das necessidades habitacionais. O desequilíbrio socioespacial observado nos tecidos urbanos e o não atendimento ao direito constitucional à moradia adequada para parcela expressiva da população tem se consolidado em significativa problemática. A realidade das cidades brasileiras segue a tendência mundial de urbanização acompanhada de “favelização” e revela um “novo” padrão ocupacional, com habitações precárias e carências de infraestrutura urbana, equipamentos públicos e serviços sociais, para além da irregularidade fundiária e informalidade de emprego (Davis, 2006). A expansão horizontal de limites urbanos dos municípios, a segregação socioespacial e a ocupação informal da periferia pela população de baixa renda tem prevalecido sobre o planejamento e desenvolvimento urbano sustentáveis.

A diversidade e complexidade das necessidades relativas à moradia da sociedade brasileira são apontadas pelo déficit habitacional¹, que faz referência às deficiências do estoque habitacional (FJP, 2021). A inadequação, ou déficit qualitativo refere-se às deficiências que tornam um imóvel incapaz de oferecer qualidade de vida aos seus moradores, enquanto o déficit quantitativo concerne à necessidade de reposição e incremento do estoque de moradias – de forma geral, os indicadores dimensionam a quantidade de moradias que não atendem necessidades habitacionais básicas. Estima-se que “5,876 milhões de domicílios” (8% do estoque total) devem ser substituídos ou produzidos no país – o que contempla habitações precárias, situações de coabitação familiar e, em maior grau, ônus excessivo com aluguel urbano (FJP, 2021, p.117). A inadequação de domicílios urbanos abrange aspectos edilícios, fundiários e/ou de infraestrutura urbana, e atinge 24,893 milhões domicílios, representando cerca de 30% da totalidade de domicílios do Brasil (FJP, 2020).

¹ As metodologias de cálculo do déficit habitacional utilizam as fontes de dados produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) e os Censos Demográficos (FJP, 2021).

Destaca-se que a demanda habitacional remete às famílias “que não possuam acesso a um domicílio, ou a um domicílio minimamente adequado, ou que enfrentam quaisquer tipos de restrições para superar essa situação” (FJP, 2020, p. 21). A inclusão dos componentes de inadequação de domicílios contempla os casos das pessoas mais pobres, que carecem de opções de moradia e residem em espaços precários e de baixa qualidade para tentarem satisfazer suas necessidades básicas de habitação, mesmo que de forma incompleta.

Considerando o contexto sócio-político-sanitário vivenciado, internacional e nacionalmente, que impactou diretamente na qualidade de vida da população de mais baixa renda, estima-se que os valores do déficit habitacional estejam ainda maiores. O cenário atual após o fim da Emergência de Saúde Pública causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (comumente referido como a pandemia de Covid-19) e a falta de priorização de políticas sociais pelos governos federal e distrital, desde 2018, aguçou a precariedade habitacional e urbana das periferias. Essa situação agravou as necessidades habitacionais não atendidas em sua totalidade pelas políticas públicas brasileiras, cujo foco tem sido, historicamente, a produção de novas unidades habitacionais.

Um grande avanço no sentido de ampliar o direito à moradia adequada foi a aprovação da Lei Federal nº 11.888, de 2008, que garante o atendimento gratuito em Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) a famílias com renda mensal de até três salários-mínimos que desejam construir ou reformar suas casas. A ATHIS tem se apresentado como um caminho para o atendimento dessa parcela da população. No Distrito Federal, a ATHIS se realiza nas Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS), ocupações que se estabeleceram de maneira informal, como forma de conquista do acesso à moradia pela população excluída do mercado da habitação. A regularização fundiária dessas regiões possibilita a atuação do Estado no território, visando à qualificação das residências já consolidadas, e viabiliza a aproximação da população a profissionais da construção civil, como arquitetos, engenheiros e construtores – oferecendo soluções às necessidades familiares. A estratégia implementada pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF) representa uma das poucas iniciativas públicas de assessoria

técnica existentes no Brasil, e será estudada com maior profundidade na presente pesquisa, a partir da vivência por meio da parceria firmada entre o órgão público e a Universidade de Brasília (UnB).

A barreira entre a categoria de arquitetos e a sociedade é evidenciada no cenário de desigualdade social do tecido urbano das cidades brasileiras. Conforme demonstrado pela pesquisa do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) com o Instituto Datafolha (2015), dos entrevistados que realizaram reformas ou construções, menos de 15% utilizou o serviço de arquiteto ou engenheiro para acompanhar a obra. Isto é, mais de 85% da população não está sendo atendida por esses profissionais – ao considerar apenas arquitetos, a quantidade totaliza 93%. É importante salientar que essa realidade abrange toda a população brasileira, mas observando-se as faixas de renda mais alta, o acesso torna-se consideravelmente maior, o que ressalta o mais restrito atendimento da população de baixa renda. Dentre os motivos para a não-contratação do profissional pela população menos favorecida, destaca-se a questão financeira – a maioria dos entrevistados “acha caro”, e prefere optar por pedreiros ou mestres de obras para a execução da obra. Outro motivo é a crença da falta de necessidade do arquiteto, o que revela um desconhecimento de sua função na qualificação da solução habitacional.

A pesquisa CAU/Datafolha foca na relação cliente-arquiteto, por isso destaca impedimentos à contratação direta do profissional pelos entrevistados. Entretanto, tratando-se da população com renda familiar mais baixa, especificamente da parcela que reside em habitações inadequadas, em assentamentos informais e/ou são destinatários de políticas públicas de habitação de interesse social, o acesso à arquitetura torna-se mais uma dentre uma amplitude de carências no âmbito do acesso à moradia adequada, ocasionado por processos históricos de exclusão. Acredita-se que a maior atuação de arquitetos e urbanistas nesse contexto pode contribuir para a redução da inadequação de domicílios – com reformas populares – e para a construção de uma política pública mais ampla de ATHIS, de modo a atender as necessidades habitacionais coletivas dessa parcela da população.

A partir dos anos 1980, o esforço do movimento pela reforma urbana, composto por entidades de arquitetos e urbanistas, advogados, geógrafos, engenheiros, movimentos sociais, entidades acadêmicas e ONGs, culminou na aprovação do Estatuto

da Cidade (2001), na criação do Ministério das Cidades (2003) e do Conselho das Cidades (2004). Os processos participativos de conferências das cidades subsequentes colaboraram para a construção de diretrizes para a política nacional de habitação e de desenvolvimento urbano, incluindo-se a ATHIS. O fortalecimento da legislação e dos canais de participação social da política urbana contou com contribuição efetiva dos profissionais de arquitetura. No que diz respeito à Lei 11.888/2008, a categoria profissional teve grande protagonismo na promulgação da legislação, por meio dos deputados federais Clóvis Ilgenfritz da Silva e Zezéu Ribeiro, reconhecidos como os principais responsáveis pela sua aprovação e homologação.

Diante desse cenário, questiona-se sobre o atual distanciamento dos profissionais de arquitetura e urbanismo da política urbana e habitacional, e se a ATHIS poderia ser um caminho para democratizar esse acesso para as parcelas menos favorecidas da população. O cumprimento da função social do arquiteto e urbanista, orientado para o bem-estar da população por meio do provimento de espaços de qualidade, se apresenta como contribuição efetiva no contexto de vulnerabilidade social, embora ainda pouco expressiva.

Nota-se uma gradual mudança de paradigma na arquitetura², com profissionais engajados em experiências cooperativas, por meio de assistência técnica a associações de moradores e a proposta de uma arquitetura socialmente responsável. A partir de uma pesquisa realizada pela autora em 2018 no âmbito da graduação em Arquitetura e Urbanismo, foi feito um levantamento de experiências locais, como negócios sociais e organizações da sociedade civil. Essas iniciativas oferecem serviços de assessoria técnica e/ou pequenas reformas para famílias com menor poder aquisitivo (faixas de renda C, D, E), por meio da flexibilização de métodos de pagamento ou da captação de recursos por investidores, doadores ou associações filantrópicas.

O modelo de “negócios sociais” se apropria de traços de empresas tradicionais – como a autossustentabilidade e o lucro – e de organizações sem fins lucrativos – o

² O maior engajamento político e social no âmbito da Arquitetura e Urbanismo por parte de jovens arquitetos e urbanistas pode ser associado a políticas afirmativas de cotas nas universidades. Por meio de programas como a Lei Federal 12.711/2012 (lei de cotas) e o sistema ENEM/SISU, além de anos de políticas de valorização do salário mínimo, crédito, emprego e renda, a média de estudantes com renda média per capita mensal de até 1,5 salários mínimos aumentou em 50% entre 2010 e 2014 (FONAPRACE, 2014).

impacto social. Portanto, ao mesmo tempo que tentam atingir seu objetivo social, negócios sociais precisam recuperar seu custo para que sejam autossustentáveis (Yunus; Moingeon; Lehman-Ortega, 2010). Podem ser definidos como “iniciativas economicamente rentáveis que, através da sua atividade principal, brindam soluções para problemas sociais e/ou ambientais, utilizando mecanismos de mercado” (Naigerborin, 2010, p. 2).

Os negócios sociais em Arquitetura e Urbanismo podem ser classificados de acordo com sua metodologia de trabalho. Existem escritórios cujo meio de realização de projetos é através da contratação direta por pessoas físicas, e trabalham principalmente com reformas habitacionais que possam ser executadas em poucos dias, voltadas para famílias que têm renda familiar mensal de até três salários-mínimos³. Constituem parcerias com empresas fornecedoras de materiais de construção e contam com investimentos externos de organizações filantrópicas ou aceleradoras sociais. Dessa forma, os clientes financiam o pagamento da obra, o que facilita o acesso do público-alvo ao serviço oferecido.

Outra abordagem são empresas que investem na participação em editais de licitação pública e concursos de arquitetura como forma de captação de projetos como, por exemplo, editais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)⁴. Assim, os recursos para manutenção do escritório vêm principalmente de parcerias com o governo. Em sua maioria, são responsáveis por projetos de maior porte, como projetos de unidades e complexos habitacionais inteiros. A ampliação do escopo se dá pelo patrocínio por instituições como o CAU, Caixa Econômica Federal (como é o caso dos projetos do PMCMV) ou governos locais.

Também existem escritórios cujos serviços são baseados na realização de oficinas técnicas, abertas ao público, para a execução das obras⁵. Os responsáveis pelas

³ Martins e Guinancio (2022) ressaltam a arrecadação de recursos financeiros para possibilitar o financiamento das obras como uma das maiores dificuldades para o desenvolvimento dos trabalhos dos negócios sociais Arquitetas Nômades, Arquitetura do Barreto, Favelar e Moradigna.

⁴ As empresas AH! Arquitetura Humana, a COMVIVA e a Terra e Tuma participam regularmente de editais públicos do PMCMV. A UNOPS (United Nations Office for Project Services) é uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) que trabalha por meio de parcerias público-privadas com governos municipais, estaduais e nacionais (Martins, Guinancio, 2022).

⁵ A ATOS Colaborativos oferece oficinas para a execução de reformas habitacionais populares, enquanto a Canteiros Coletivos organiza mutirões para a recuperação de espaços públicos degradados (Martins, Guinancio, 2022).

iniciativas selecionam as famílias beneficiadas, buscam parcerias e gerenciam os projetos e obras. As oficinas ou mutirões podem ser realizadas via pagamento de “inscrição” pelos voluntários, dessa forma garantindo que a família beneficiada não pague pela reforma (Martins, Guinancio, 2022).

As Organizações-Não-Governamentais (ONGs) caracterizam-se por entidades privadas sem fins lucrativos, que atuam na esfera pública – ofertam serviços sociais de caráter assistencial – ao passo que não são vinculadas ao governo, portanto são privados. As organizações sem fins lucrativos que trabalham no universo da ATHIS⁶ visam facilitar o acesso ao serviço de arquitetura para famílias de baixa renda por meio da prestação de assessoria técnica por regime de mutirão, orientação técnica para autoconstrução, disponibilização de microcrédito habitacional, capacitação profissional para o processo construtivo, e outras abordagens diversas. Destaca-se, ainda, o trabalho de estímulo à reflexão crítica sobre as residências reformadas:

A experiência [...] demonstra uma forma alternativa de atuação do arquiteto pautada pelo compartilhamento de informações, em vez da convencional oferta de um produto – o projeto. Possibilitar que pessoas privadas de todo o tipo de informação acessem um conhecimento normalmente negado a elas permite não apenas que descubram novas opções para a construção do seu espaço, mas também promove um sentimento de autoconfiança que as motiva à realização dos seus desejos (Mendonça, 2014, p. 82).

Em geral, as iniciativas sustentam-se por meio da participação em concursos públicos de projetos de interesse social ou pelo apoio de organizações filantrópicas,

⁶ A ONG carioca Soluções Urbanas possui patrocínio do CAU/RJ para a realização de suas atividades ligadas à assistência técnica. Executa seus projetos por meio de um acordo de cooperação técnico-científico com o Instituto Vital Brazil e atua com: (a) a disponibilização do microcrédito habitacional para providenciar compra dos materiais e remunerar mão de obra; (b) oferecimento de subsídios parciais ou integrais para permitir a execução de obras de maneira ágil; (c) organização de mutirões e empreitadas de construção; e (d) orientação técnica para autoconstruções (Nogueira, 2010).

A Arquitetura na Periferia é apoiada por meio da BrazilFoundation – com aconselhamento estratégico, doações e conexões com outros profissionais de atividades sociais às associações apoiadas. A ONG atua com assistência técnica em projetos e obras de arquitetura para grupos de mulheres de baixa renda. A metodologia de trabalho resume-se em: (a) captação de mulheres interessadas; (b) orientações sobre levantamento arquitetônico, desenho técnico e medidas em geral; (c) discussão projetual; (d) visita a fornecedores de materiais de construção e às residências reformadas. O processo também resulta na capacitação das mulheres para o processo construtivo.

A ONG Peabiru foi uma das participantes dos programas de mutirões autogeridos promovidos pela prefeitura de São Paulo entre 1989 e 1992. Atualmente sustenta-se por meio de parcerias com empresas privadas, organizações e instituições públicas. A abordagem para chegar às comunidades muitas vezes se dá por meio da participação em concursos públicos de projetos de interesse social, parcerias com Universidades, ou pela contratação por movimentos sociais e prefeituras. (Martins; Guinancio, 2022)

doações, patrocínios ou acordos de cooperação com outras instituições, como Universidades, movimentos sociais e prefeituras.

Uma adversidade comum entre todas as iniciativas é a questão financeira – seja pela dificuldade em conseguir patrocínios ou doações, seja pela demora do poder público em repassar o pagamento. Dessa forma, evidencia-se que o trabalho de arquitetos que se dedicam à ATHIS sem subsídio governamental é um caminho desafiador, visto que a maioria das iniciativas analisadas dependem fortemente de investimento externo para sua manutenção e enfrentam dificuldades de gestão financeira, ou contam com a instabilidade de licitações ou concursos públicos de arquitetura para viabilizar sua atuação.

Diante dessa ampla problemática, apresenta-se a hipótese de que a maior inserção dos profissionais de arquitetura e urbanismo, alinhados com outras categorias profissionais – tais como engenheiros civis, assistentes sociais, gestores públicos, sociólogos, entre outros – no mercado de trabalho da ATHIS pode viabilizar o atendimento em maior abrangência e qualidade, e contribuir para a diminuição da precariedade de moradias. Para essa reflexão, a pesquisa se propõe a responder as seguintes questões: Quais são as barreiras que dificultam o trabalho de arquitetos no âmbito da ATHIS? Como viabilizar a maior atuação de arquitetos e urbanistas para a população de baixa renda?

O tema central do trabalho, portanto, permeia a aproximação da categoria de arquitetos com a população de baixa renda, que necessita da assistência técnica profissional. Nesse sentido, a investigação se ampara em experiências existentes de trabalho em ATHIS no âmbito da Arquitetura e Urbanismo e, mais especificamente no Distrito Federal, para refletir acerca dos limites, desafios e potencialidades da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social. Acredita-se que, além da insuficiência de políticas públicas e amparo do Estado, há fragilidades na formação profissional dos arquitetos, o que limita a compreensão de especificidades das necessidades dessa parcela da população brasileira. Ressalta-se, ainda, que as iniciativas existentes buscam reproduzir a relação profissional entre arquiteto e cliente para a ATHIS, que se trata de um contexto definido por demandas coletivas.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se caracteriza como exploratória e qualitativa, pois investiga criticamente o universo da assessoria técnica para HIS, buscando compreender as atribuições de cada agente envolvido, bem como evidencia desafios encontrados com base em experiências práticas. Os procedimentos metodológicos envolveram inicialmente uma investigação conceitual em que se aborda o entendimento do habitar, referenciado ao contexto da habitação social, e sua articulação com os direitos à moradia digna e à cidade, considerada a inserção de atores econômicos na determinação da formação do território desigual. Esse entendimento direcionou a investigação do cenário de precariedade habitacional a partir de pesquisa historiográfica. Apresentou-se breve percurso histórico das principais políticas públicas de habitação para população de baixa renda e contextualização sobre o processo de ocupação desigual do território do Distrito Federal, em que se destacou o âmbito da prestação de assessoria técnica para melhorias habitacionais. Também se observou a atuação de profissionais e atores institucionais nesse contexto.

Para a aferição da hipótese de pesquisa optou-se pela análise de estudo de caso. Foram acompanhadas ações do Projeto de extensão “Assessoria Técnica para o Habitar de Origem Social” (ATHOS), da UnB, realizadas no âmbito do subprograma Melhorias Habitacionais da CODHAB/DF, por meio de Acordo de Cooperação Técnica. As análises permitiram uma compreensão dos procedimentos adotados, suscitando reflexões sobre possíveis mudanças frente aos desafios identificados.

A investigação se orientou por uma reflexão teórico-metodológica nos âmbitos da pesquisa-ação, da pesquisa-participante e da observação participante (ou participação observante) aplicada ao processo de atendimento de famílias beneficiadas, para observação das condições das moradias, a relação com arquitetos e urbanistas, e sobretudo valores e demandas inerentes ao habitar. Segundo Thiollent (1986, p.69), a “pesquisa-ação deve se concretizar em alguma forma de ação planejada, objeto de análise, deliberação e avaliação (...) uma ação na qual os principais participantes são os membros da situação ou da organização sob observação”. O autor aponta uma diferenciação⁷ entre a pesquisa-ação e a pesquisa participante, posto que a pesquisa-

⁷ THIOLENT (1986) as diferencia, mas esclarece que não há unanimidade nesta denominação.

ação necessita, além da participação do pesquisador, uma ação planejada para ser avaliada.

A pesquisa-ação pressupõe um envolvimento do pesquisador de caráter mais imponente, enquanto numa pesquisa participante, pode-se realizar apenas uma “observação participante” de um determinado processo, sem necessariamente o controle do pesquisador. Por meio da pesquisa-ação pode-se alcançar os seguintes objetivos: (a) resolução de um problema prático, de ordem técnica; (b) desenvolvimento de consciência coletiva sobre problemas enfrentados; e (c) produção de conhecimento, que seja útil externamente à investigação (Thiollent, 1986). O autor aponta o planejamento participativo como estratégia metodológica da pesquisa ação.

Sobre a Observação Participante, Valladares (2007) traça dez mandamentos de contribuição metodológica, a partir de Foote Whyte (2005). Em resumo, os mandamentos apontam para uma constante presença do pesquisador na área de estudo, de forma que aceite sua diferença em relação ao grupo avaliado e justifique sua presença na comunidade, deixando claro os objetivos da pesquisa e gerando confiança. Deve-se “saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos” (Valladares, 2007, p. 153-154) e saber que perguntas fazer na hora certa, sem entrevistas formais, e destaca a necessidade de se ter um intermediário para “abrir as portas”, como um mediador entre o pesquisador e o pesquisado.

Desse modo, tem-se a observação participante como prática da pesquisa-participante, que incorpora os objetivos da pesquisa-ação, referência metodológica adotada para a presente pesquisa. A integração da pesquisadora ao Projeto de Extensão ATHOS/ UnB viabilizou a observação participante no processo de atendimento às famílias em Brazlândia/DF e em São Sebastião/DF. Nas visitas às famílias atendidas, além dos procedimentos de assessoria técnica, foi igualmente possível realizar diálogos com os moradores no sentido de promover a aproximação e orientação política sobre o direito constitucional à moradia digna, bem como compartilhar questionamentos sobre a compreensão da função do arquiteto e urbanista.

No tocante aos passos metodológicos inerentes à pesquisa-ação, Thiollent (1986) destaca como ações relevantes: seminário, amostragem e representatividade qualitativa, coleta de dados e plano de ação. O seminário deve centralizar as informações coletadas

e discutir interpretações possíveis com a comunidade pesquisada. A partir das informações processadas, é produzido material teórico e empírico que servirá como embasamento para elaboração das diretrizes de pesquisa, que serão testadas na prática. A amostragem e representatividade qualitativa consiste numa “amostra intencional”, ou seja, um “pequeno número de pessoas que são escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas apresentam em relação a um determinado assunto” (Thiollent, 1986, p. 62). No âmbito do estudo de caso, foram consideradas as famílias selecionadas pela CODHAB, bem como os profissionais envolvidos, cujas opiniões representam maior relevância devido à inserção direta no contexto de ATHIS. A coleta de dados foi realizada de modo coletivo, com um grupo de menor dimensão, que viabiliza a realização de discussões produtivas. A ação planejada se consolidou no Plano de Ação, em que os principais participantes são os membros da comunidade estudada.

A integração da pesquisa às ações do projeto ATHOS viabilizou o contato com as famílias de baixa renda e garantiu a participação no processo de ATHIS do início ao fim (desde o levantamento técnico e diagnóstico das necessidades à entrega do Projeto Executivo, e observação dos resultados alcançados com a contratação e execução da obra, por meio da CODHAB). Com isso, foi possível identificar as expectativas e grau de satisfação das famílias com o serviço prestado, com a equipe de profissionais, sua visão acerca do profissional arquiteto e a reflexão sobre sua respectiva necessidade/função.

O contato e vivência individual com cada família beneficiada para discussão dos projetos é o caminho estabelecido pelo método de trabalho da CODHAB. A apropriação a partir do método da pesquisa-ação para análise e avaliação do estudo de caso apresenta-se consolidada na Tabela 1:

Tabela 1: Procedimentos metodológicos da Pesquisa Participante

Metodologia de pesquisa-ação	Apropriação para a pesquisa de ATHIS
Diagnóstico	Contatos individuais com famílias nas visitas técnicas para levantamento físico das residências: identificação das principais necessidades e expectativas de cada família
Tema/ Problemática/ Objetivos da pesquisa	Pré-estabelecidos no projeto de pesquisa: inadequação e precariedade de moradias; demanda por melhoria das condições de vida das famílias; identificação de limites e potencialidades da ATHIS
Seminário (construção coletiva da problemática e debates para traçar soluções)	OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE: entendimento por meio do diálogo e vivência individual com cada família beneficiada pelo programa Melhorias Habitacionais, atendida pelo Projeto ATHOS em 3 momentos: Visita técnica, entrega do Estudo Preliminar, e entrega do Projeto Executivo/Produto Final. DIÁLOGO COM PROFISSIONAIS: Realização de Oficina com profissionais inseridos no mercado de trabalho de ATHIS no DF, para identificação de caminhos para implementação efetiva e ampla da ATHIS
Amostragem/ Coleta de Dados	Amostra intencional de atores com representatividade na ATHIS: Famílias de baixa renda: 14 famílias atendidas pelo projeto ATHOS, pré-selecionadas pela CODHAB/DF (10 atendidas em Brazlândia em 2022 e 4 que tiveram suas obras executadas em São Sebastião, atendidas em 2019); Professores (UnB): Coordenação, planejamento e acompanhamento das ações do Projeto ATHOS; Bolsistas e voluntários (UnB): 6 bolsistas de Graduação, 4 voluntários da graduação e 4 voluntários da Pós-Graduação, membros do Projeto ATHOS; e 9 profissionais inseridos no contexto estudado, participantes da Oficina de Reflexões sobre ATHIS no DF.
Plano de Ação	Acompanhamento do processo de atendimento do Programa Melhorias Habitacionais da CODHAB/DF, realizado por meio do Acordo de Cooperação Técnica com a UnB (Projeto ATHOS), e diálogo com os demais atores envolvidos.

Fonte: Da Autora, 2023.

A fim de evidenciar caminhos possíveis, identificar potencialidades e conhecer outros métodos de trabalho, realizou-se oficina de diálogo com profissionais inseridos no mercado de trabalho de ATHIS no DF – por meio da docência, serviço público, iniciativas autônomas ou participação em editais públicos. Adotou-se o método da Investigação Apreciativa (Souza, Mcnamee, Santos; 2010). A partir da identificação de padrões de experiências positivas e dificuldades vivenciadas, percebeu-se os principais entraves e potencialidades à atuação profissional no contexto estudado.

As ações da presente pesquisa foram estruturadas em duas etapas. A primeira consistiu em Pesquisa Bibliográfica, em que foram estabelecidos os conceitos norteadores da pesquisa e a compreensão do direito à moradia adequada. Foi abordado o histórico das políticas públicas voltadas para a HIS, a Lei 11.888 em 2008 e a atuação mais recente das entidades representativas da categoria de Arquitetura e Urbanismo no contexto da ATHIS.

A segunda etapa consistiu em Pesquisa Empírica do contexto da ATHIS no Distrito Federal. A análise de dois momentos distintos de atendimento pelo Projeto ATHOS, em 2018 e em 2022, a partir da contextualização do território de investigação – as ARIS no DF –, possibilitou a observação do processo completo de atendimento às famílias: da entrevista para levantamento de demandas e necessidades, à elaboração do projeto, orçamento e obra executada. A Figura 1 ilustra as etapas supracitadas, a partir das quais se estruturaram os capítulos da dissertação.

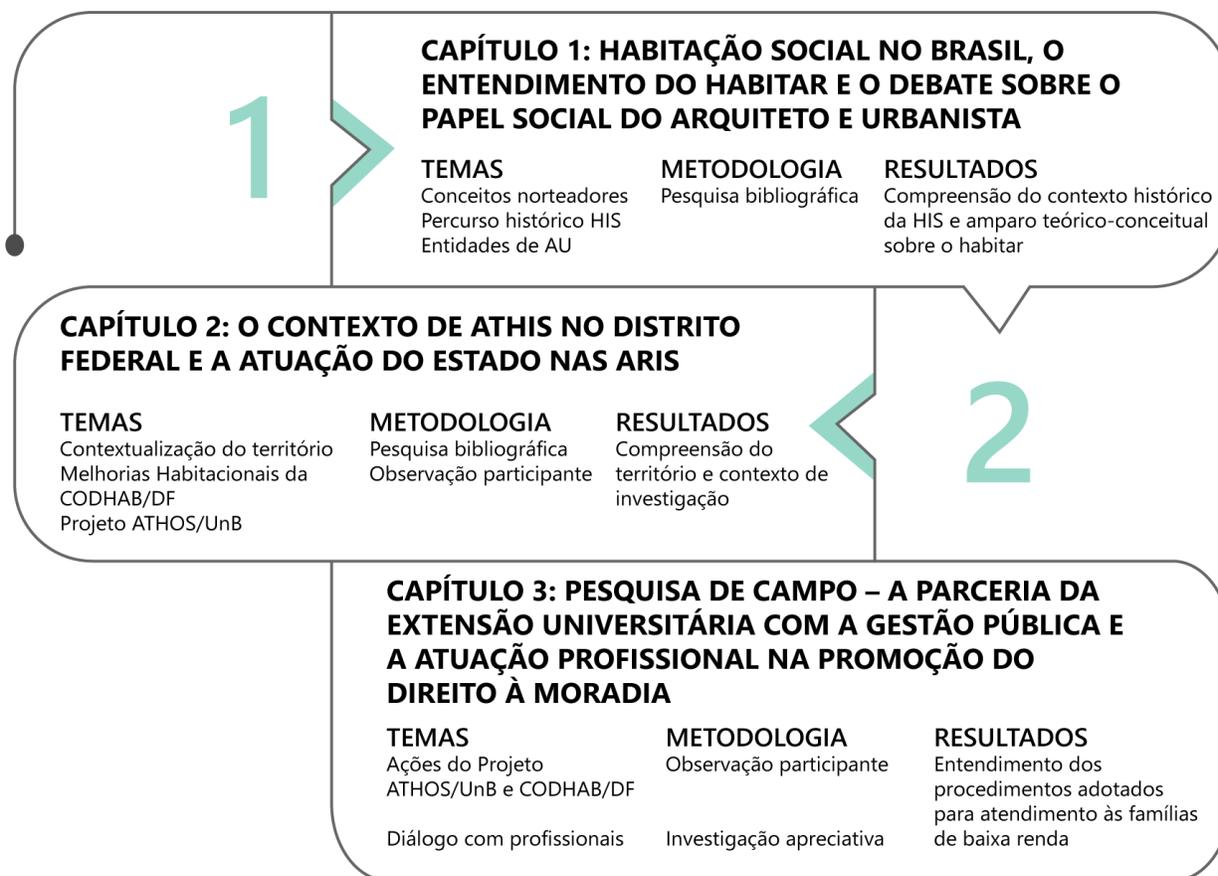


Figura 1: Etapas e procedimentos metodológicos da investigação

Fonte: Da autora, 2023.

O primeiro capítulo consiste na reflexão sobre a habitação social, amparado no entendimento do habitar. Nesse capítulo se introduz o conceito de habitação social, o papel social do arquiteto e urbanista e um breve percurso histórico da Habitação de Interesse Social do Brasil, reforçando a desigualdade social que pauta, historicamente, a política habitacional brasileira. O capítulo finaliza com um breve panorama da atuação das entidades representativas de arquitetos no âmbito da assessoria técnica, a fim de servir como referencial para as reflexões que se sucedem.

O segundo capítulo possui enfoque na apresentação do contexto e território estudado. Inicia-se com a caracterização das ARIS no processo de conformação do território do DF, evidenciando o contexto em que a ATHIS se implementa na atualidade. Em seguida, são apresentados em maior detalhe o subprograma de Melhorias Habitacionais da CODHAB/DF e as ações desenvolvidas pelo Projeto ATHOS da UnB.

O terceiro capítulo concentra-se na pesquisa de campo, com aprofundamento da metodologia implementada pela CODHAB/DF e os resultados do estudo de caso. Contempla a observação e análise da assessoria prestada às famílias beneficiadas pelo subprograma Melhorias Habitacionais e atendidas pela equipe do Projeto ATHOS/UnB nas cidades de Brazlândia/DF e São Sebastião/DF. Nele, também se inserem as reflexões resultantes do diálogo com profissionais, de modo a subsidiar as contribuições pretendidas concernentes aos limites e potencialidades da ATHIS no DF.

Desde o lançamento da Lei da ATHIS, poucos foram os estudos orientados para a discussão e cumprimento da função social do arquiteto, sendo grande parte focada na ação de Universidades ou do Estado. Dessa forma, a pesquisa contribui ao campo por meio da abordagem crítica e questionadora acerca da atuação da categoria profissional. A observação de atores institucionais e iniciativas locais apontou que arquitetos e urbanistas possuem contribuição importante na reivindicação por políticas de habitação social, mas seus interesses – de ampliação do mercado de trabalho profissional – não devem se sobrepor às necessidades da população que vive em situação de precariedade urbano-habitacional e vulnerabilidade social. A atuação dos profissionais deve se orientar ao provimento do direito à moradia e à cidade àqueles que não têm acesso à totalidade do habitar, por isso, a articulação dos diversos atores envolvidos na ATHIS se faz relevante nesse contexto.

A visão crítica do processo de assessoria técnica implementado pelo governo do DF evidenciou consensos e padrões sobre os gargalos da política, como deficiências no domínio do contexto, limitação da participação do público-alvo nos processos de decisão e dificuldades de acesso a financiamentos públicos. As reflexões apontam para a necessidade de se tratar a Arquitetura como Política Pública, com a compreensão de que a ATHIS é um caminho para a democratização do acesso a moradia digna e de atendimento ao déficit habitacional crescente em nosso país, pois contempla estratégias diversas de implementação de soluções para atender as amplas necessidades.

CAPÍTULO 1: HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL, O ENTENDIMENTO DO HABITAR E O DEBATE SOBRE O PAPEL SOCIAL DO ARQUITETO E URBANISTA

A fundamentação da pesquisa remete à investigação de conceitos que orientem a reflexão pretendida, assim como à observação do percurso histórico das políticas públicas e a compreensão de abordagens mais recente no contexto da ATHIS por entidades representativas de arquitetos e urbanistas. Os conceitos norteadores se referenciam ao tema da habitação no seu sentido mais amplo, e serão adotados para o contexto da “habitação social”, focalizando o papel do profissional arquiteto e urbanista nesse contexto. As reflexões se inserem no cenário de desigualdade e segregação socioespacial observado no Brasil, em que as políticas públicas se apresentam como caminho para provimento do direito à moradia e à cidade para a população em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, apresenta-se um breve percurso histórico, a fim de evidenciar o contexto de ocupação desigual do território vivenciado pelas famílias de baixa renda, e como as entidades de arquitetura e urbanismo tem tratado a assessoria técnica como nicho de atuação profissional.

CONCEITOS NORTEADORES

Habitação de Interesse Social (HIS), termo adotado atualmente, ou Habitação Social, Habitação de Baixo Custo, Habitação para População de Baixa Renda, Habitação Popular (Abiko, 1995; Taschner, 1997; Coelho, 2009; Reis, 2010; Canova et. al, 2018), é compreendido como: “a) casas precárias (ou mesmo barracas) autoconstruídas com pouca ou nenhuma infraestrutura; b) habitações promovidas pelo Estado, principalmente como casas unifamiliares organizadas em extensos bairros nas periferias das cidades” (Canova et al., 2018, p. 04).

O conceito de HIS tem sua origem no contexto da Revolução Industrial. Diante da necessidade de se criar bairros mais “limpos” e se promover a saúde pública, programas estatais iniciaram o provimento da moradia para os trabalhadores das indústrias, que passaram a morar em áreas residenciais às margens das cidades. Canova, Ramos e

Silva (2018, p. 05) defendem que “a habitação social surge como um paradoxo, onde em busca de um bem “social” priva-se o indivíduo do convívio em sociedade”. No contexto pós-Segunda Guerra Mundial, Lefebvre (2001), numa revisão no entendimento do habitar, aponta a necessidade de se ampliar o conceito da habitação para necessidades mais amplas, como espaços livres de uso coletivo e equipamentos públicos, alinhando-se a Arquitetura ao Urbanismo nos conjuntos habitacionais.

Bonduki (2017, p. 156-157) situa nesse momento a evolução do pensamento acerca da habitação: “criando-se a noção de que não se habita apenas a casa e sim um conjunto de equipamentos e serviços coletivos. Arquitetura e Urbanismo tornam-se indissociáveis. ” Compreende-se, portanto, que o habitar envolve a unidade habitacional e o conjunto urbanístico em que se insere. Alinhado a esse pensamento, Simões et al. (1948, apud Canova et al., 2018) relaciona a habitação a um problema urbano, e defende a necessidade de se construir aglomerados urbanos para atender às necessidades de vida das famílias, considerando incoerente a construção de bairros estritamente residenciais. Segundo os autores, as soluções devem:

(...) não só abrigar toda a população trabalhadora de um grande centro, mas ainda prever o seu aumento, conta[ndo] com espaços necessários para que ele se possa realizar, sem atentar contra as áreas livres destinadas aos centros desportivos, jardins, parques infantis, etc. (Simões et al., 1948, p. 237 apud Canova et al. 2018, p. 08).

Essas considerações remetem à reflexão do conceito do “habitar”, com o entendimento de que se realiza nos âmbitos doméstico e público, por meio da articulação entre duas dimensões principais: a prática e a simbólica (Reis Cabrita, 1995). A dimensão prática contempla a satisfação das necessidades básicas da vida cotidiana, no âmbito da residência e do espaço urbano. A dimensão simbólica é relativa às especificidades da dinâmica doméstica e pública dos indivíduos e das famílias – a partir da casa se realiza a apropriação do espaço urbano, onde se desenvolvem memórias, experiências, pertencimento e o reconhecimento do lugar e do “sujeito coletivo”. A dimensão ecológica perpassa todos os âmbitos, visando ao equilíbrio ambiental e à sustentabilidade. A vida doméstica se conecta à vivência no espaço coletivo; as necessidades individuais e familiares se realizam no âmbito da moradia e se estendem para a vizinhança e o bairro (Guinancio, 2017).

Esse entendimento é reforçado por Carlos (2007, p. 93), ao afirmar que “o sentido do habitar é muito mais amplo, envolvendo vários níveis e planos espaciais de apropriação. (...) o cidadão usa outros lugares que a complementam [a casa], como a rua, os parques, as praças, os lugares de trabalho, os lugares de lazer”. Portanto, a realização da vida se realiza por meio de atos individuais e coletivos, em espaços públicos e privados, para a constituição do “sujeito coletivo”, sendo o “habitar” a base de construção da sociedade. A Figura 2 ilustra os âmbitos de realização do habitar, a partir da unidade residencial.

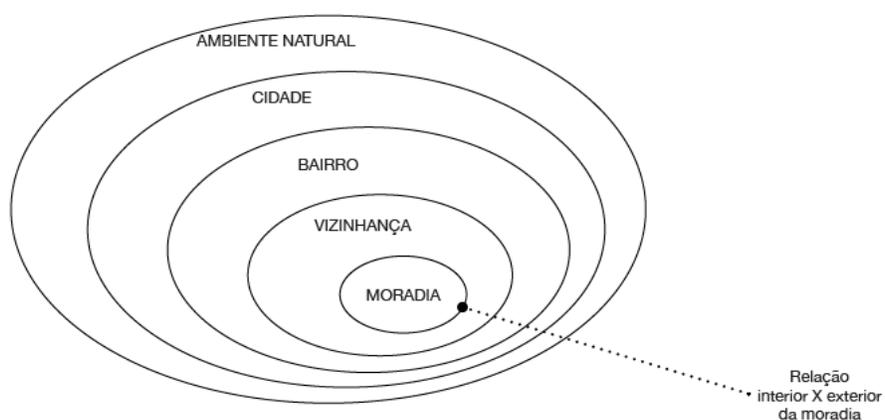


Figura 2: Os âmbitos de realização do habitar

Fonte: Guinancio, 2017.

O ato de habitar envolve um conjunto de condições que oferecem ao morador a realização plena da vida, como o “acesso e qualidade dos serviços urbanos, e da inclusão social da população no território” (Campos, 2013 apud Silva, Nascimento, 2019, p. 05). Portanto, reafirma que o habitar se realiza por meio da relação entre o espaço físico da moradia com o seu entorno. O oferecimento de equipamentos urbanos, comércio, transporte, entre outros, bem como as relações de apoio operacional e suporte afetivo dos demais moradores da vizinhança favorece a realização da vida das famílias, que se apropriam dos espaços de forma específica (Guinancio, 2017).

É possível entender o habitar no sentido amplo, da casa como polo integrador da vida urbana e cotidiana das famílias. Quando as casas se restringem a fins utilitários, em

função de interesses econômicos do mercado imobiliário e de governantes, elas se transformam em “mercadorias passíveis de serem trocadas ou derrubadas”. E, dessa forma, a apropriação do espaço urbano da vizinhança é prejudicada, passo que “a casa, tornada mercadoria, tem o sentido estrito da função de moradia” (Carlos, 2007, p. 95-97). Quando a cidade é “pensada dentro dos limites da produção econômica”, o “uso produtivo [do espaço] se impõe ao uso improdutivo”, definindo áreas “valorizadas” ou não no mercado, e gerando segregação espacial entre centro e periferia (Carlos, 2017, p. 189). A realização do habitar está, desta forma, vulnerável a estratégias de dominação econômica e política.

A desigualdade social pode ser identificada na organização física do território. Enquanto áreas "valorizadas", onde residem famílias de renda mais alta, possuem infraestrutura adequada, equipamentos urbanos, de lazer, e áreas verdes arborizadas, as áreas "desvalorizadas" nas periferias das cidades apresentam-se como uma aglomeração de casas autoconstruídas, fechadas com muros para as ruas (Figura 3). A segregação socioespacial, portanto, limita a vivência urbana para uma parcela “privilegiada” da população.



Figura 3: Vista aérea da Asa Norte, área “valorizada” no Plano Piloto de Brasília

Fonte: Rachel Benedet, 2018.



Figura 4: Vista aérea de Brazlândia, área “desvalorizada” no entorno de Brasília/DF

Fonte: Valmor Pazos Filho, 2022.

É no espaço urbano, ou na ausência dele, que se efetivam as noções de desigualdade e injustiça social, à medida que se reconhecem as diferenças entre um espaço e outro. O habitar “acontece por meio dos modos de apropriação dos lugares da cidade a partir da casa, constituindo a vida cotidiana enquanto prática socioespacial” (Carlos, 2007, p. 111).

Silva e Nascimento (2019) corroboram com a ideia de que a conformação do território urbano se efetiva pela realização da vida e também por interesses políticos (do poder público e de elites dominantes) e econômicos (da especulação e produção imobiliária, que dita as áreas “valorizadas”). Segundo os autores, o plano da realização da vida a partir do entendimento do habitar se efetiva somente após os interesses particulares serem contemplados – o que revela uma inversão das prioridades dos governos, estando o mercado financeiro à frente das necessidades da população. Esse contexto evidencia os desafios impostos pela financeirização da moradia no Brasil e no mundo (Rolnik, 2015). Apesar da existência de instrumentos legais de proteção aos direitos das famílias em ocupações precárias, agentes públicos continuam atuando de acordo com interesses do mercado, deixando a parcela mais vulnerável da população desamparada.

A Constituição Federal de 1988 representou forte avanço no campo do direito à moradia e à cidade, ao reconhecer a função social das cidades e da propriedade em seu capítulo sobre a política urbana (Artigos 182 e 183), bem como os direitos de posse de ocupantes informais em terra urbana. A Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade – regulamentou esse capítulo, por meio do estabelecimento de normas, diretrizes e instrumentos (como as Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS) para regulação do “uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (Brasil, 2001). A legislação brasileira é acolhedora da problemática ampla da habitação, porém não foi suficiente para conter o avanço da crise urbana (Rolnik, 2015).

Empreendimentos resultantes de interesses do mercado imobiliário e financeiro promoveram a ampliação dos limites urbanos dos municípios, o que distanciou cada vez mais as periferias dos serviços complementares à moradia, como trabalho e lazer. Isso, alinhado à depreciação do transporte coletivo, aumenta a desigualdade social ao restringir o acesso a equipamentos urbanos à parcela da população com poder aquisitivo suficiente para morar em áreas centrais – o que conseqüentemente reprime o direito à moradia da população “periferizada”.

As deficiências na gestão do território das cidades se articulam ao agravamento da segregação socioespacial, em que a violência em áreas negligenciadas pelo Estado faz com que as pessoas se fechem em muros altos e sem abertura para as ruas. Isso desencadeia a fragmentação e desarticulação do espaço público, e atribui à residência a função única de moradia. Assim, tem-se a caracterização física das “não-cidades”: compostas por residências fechadas com muros, autoconstruídas em loteamentos precários nas periferias das cidades, ou ocupações informais em terrenos públicos ou edifícios abandonados (Rolnik, 2015).

Nesse contexto de desigualdade e segregação socioespacial, a implementação de políticas públicas tem contribuído para garantir o direito à moradia e à cidade para a população em situação de vulnerabilidade social. Entretanto, as políticas públicas voltadas à habitação popular foram utilizadas historicamente como estratégia para

permanência de governantes no poder. Apesar do recorrente discurso voltado para a provisão habitacional para os mais pobres, a produção da habitação no Brasil esteve atrelada a interesses econômicos, questões sanitárias ou de controle social.

Diante desse cenário, cabe refletir sobre a função social do profissional arquiteto para se “estabelecer os traços espaciais que encorajem usos socialmente sustentados, que incluam espaços semipúblicos (coletivos, multifamiliares) na definição de uma habitação social coletiva e integrada” (Canova et. al, 2018, p. 11). Além da consciência a nível de projeto, essa orientação poderá promover uma maior aproximação com a habitação social. Ribeiro, Souza e Ribeiro (1956) a defendiam como o único meio de desenvolver a arquitetura brasileira. Destacavam a importância de uma transformação econômica, social e política no Brasil, pois no percurso histórico, e ainda hoje, não se consegue suprir a demanda habitacional. E afirmavam:

Essas transformações, ou seja, a real democratização da vida brasileira em geral, gerarão novas condições de trabalho para os arquitetos. [...]. Tornar-se-ão mais estreitas as relações entre o arquiteto e sua clientela, constituída de todas as camadas da população, inclusive a grande maioria hoje à margem da arquitetura. Disso resultará uma participação efetiva do povo na crítica e, por conseguinte na evolução da arquitetura brasileira. (Ribeiro; Souza; Ribeiro, 1956, p. 154)

Em consonância, Barata (1954) apontou uma crítica à categoria profissional de arquitetos. Admitiu que desconsideram as condições econômicas e sociais do país, priorizando uma arquitetura de alto custo e que não supre as necessidades do “homem comum brasileiro” – mas sim a do “homem rico e abstrato” para quem é feita. O autor criticava o senso comum entre esses profissionais, de que “a arquitetura e o urbanismo não resolverão nunca o problema social, mas sim, pelo contrário, será a solução das dificuldades sociais que resolverá, em definitivo, os problemas da arquitetura”, pois, mesmo que não se resolva efetivamente o problema social por meio da arquitetura, a autocrítica é necessária - somente assim poderá contribuir para a resolução do problema brasileiro.

O arquiteto Vilanova Artigas, em depoimento no livro “Caminhos da Arquitetura” (2004), aborda a barreira existente entre os arquitetos e a população de baixa renda, e a necessidade de um posicionamento crítico sobre a Arquitetura:

[...] enquanto a ligação entre os arquitetos e as massas populares não se estabelecer, não se organizar, enquanto a obra dos arquitetos não tiver a suma glória de ser discutida nas fábricas e fazendas, não haverá arquitetura popular. (ARTIGAS, 1952 apud ARTIGAS, LIRA, 2004, p. 143)

Discípulos de Artigas, Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império - Grupo Arquitetura Nova - defenderam o rompimento da barreira entre operários e arquitetos, e lutaram por um canteiro de obras mais humano e digno para os trabalhadores. O trio buscava solucionar a “crise” da arquitetura por meio de uma nova forma de produção arquitetônica. O arquiteto Pedro Fiori Arantes (2002, p. 108) resume as hipóteses do grupo: “Sérgio lança então três tarefas fundamentais: A apropriação dos meios de produção arquiteturais; A crítica do atual modo de produção arquitetural; e o Ensino dos novos modos de produção arquiteturais”, o que foi reiterado mais recentemente por Kamimura (2013):

A análise da prática arquitetônica, (...) traz, também, a busca de uma aproximação com o povo, nesse caso, o operário da construção civil, o habitante da periferia – que na realidade coincidem –, visando propor um outro tipo de exercício da profissão. (KAMIMURA, 2013, p. 11)

Ferro (2011) oferece sugestões para a vivência mais justa entre arquitetos e operários de obra:

[...] e se nós, ao invés de darmos ordens – “faça isso, faça aquilo” – tivéssemos outro comportamento, com aquela gente que sabe, nas mãos, o que tem que fazer, nós poderíamos fazer uma arquitetura, primeiro, com outras condições de dignidade humana; segundo, com bastante mais cuidado com a saúde e com a segurança do trabalhador; terceiro, respeitando e aceitando a colaboração deles – que sabem muito mais que muitos técnicos o que há de fazer, o que não há de fazer – e, sobretudo, também, um canteiro muito mais econômico. [...] seria possível outro tipo de relacionamento humano e social na produção da arquitetura.⁸

Arantes (2002, p. 207-208) analisou as teorias do Grupo Arquitetura Nova e as colocou em prática nas suas experiências nos mutirões da década de 1980, levantando questões sobre a atuação do arquiteto e urbanista nesse contexto, como a forma de apresentação e discussão do projeto com os mutirantes: “Até que ponto o arquiteto deve aceitar as vontades de cada família e, de certa maneira, repetir os padrões da autoconstrução, ou interferir no projeto e propor um desenho cuja qualidade acredite ser

⁸ Resposta de Sérgio Ferro a entrevista concedida ao Projeto Ocupação Flávio Império, do Instituto Itaú Cultural em 2011.

superior?” Posteriormente, reconheceu que é necessário um equilíbrio entre acatar completamente as ideias da população e a postura autoritária do arquiteto, destacando a relevância da capacidade técnica para interpretar as necessidades de seu cliente e traduzi-las por meio do desenho, levando em consideração outras esferas como condições climáticas, ambientais, estruturais e econômicas, sem ignorar o conhecimento das famílias atendidas.

Esse debate acerca do papel social da arquitetura é relativamente recente, mas o movimento a favor da sua democratização tem crescido diante de cidades cada vez mais desiguais. Montaner e Muxí (2014), criticam a glamourização de arquitetos que trabalham exclusivamente para fins comerciais e que desconsideram importantes mudanças e problemas da sociedade atual. Para os autores, é função do arquiteto “não só denunciar o problema social, mas também reivindicar a necessária qualidade da moradia como objetivo da arquitetura” (Montaner; Muxi, 2014, p. 179-180). Assim, a moradia é colocada como problemática central da discussão, e sugerem soluções:

[...] movimentos sociais, mudanças na legislação estatal e autônoma, ajudas econômicas, controle de preço do solo e da moradia concluída, projetos arquitetônicos experimentais e modelares, melhoria tecnológica e aplicação de critérios de sustentabilidade, operações que apostem tanto na obra de planta nova como na reabilitação, flexibilidade nos tipos de posse e promoção tanto da compra como de diferentes modalidades de aluguel (Montaner; Muxi, 2014, p. 179-180).

Em 2014 foi publicado o livro “Assistência Técnica e Direito à Cidade” pela Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA) em parceria com o CAU/RJ. A publicação foi resultado de uma Oficina sobre essa temática. Na ocasião, Kapp (2014) discorreu sobre os quatro principais agentes inseridos no contexto da ATHIS: os movimentos sociais, o capital (construtoras, proprietários fundiários, bancos), o Estado e os técnicos (arquitetos, engenheiros, juristas, etc.). A arquiteta reconhece embates e dificuldades evidentes dentro da política habitacional devido às diferentes prioridades de cada grupo:

Para os movimentos, as prioridades são o tempo e a boa condição doméstica e urbana de moradia na vida cotidiana (...). Para os capitais, a prioridade obviamente é o lucro. Para o Estado, as prioridades são o controle burocrático e os recursos políticos que o processo oferece via discursos e imagens. (...). Para as assessorias, a prioridade é a sobrevivência profissional pela remuneração e, mais ainda, pela qualidade do resultado (Kapp, 2014, p. 119-120).

Kapp também aborda entraves reconhecidos pela categoria profissional de arquitetos dentro do trabalho de ATHIS, principalmente no tocante à diferença cultural entre os profissionais e as famílias beneficiadas: a falta de comunicação; o não entendimento do projeto proposto; a dificuldade das famílias em expressarem suas vontades e gostos (Kapp, 2014).

Essas reflexões suscitaram a observação da contribuição do profissional arquiteto e urbanista no âmbito da HIS, o que será contemplada em capítulo específico, como subsídio às reflexões. A atuação voltada à população em situação de vulnerabilidade será abordada no contexto da ATHIS no Distrito Federal, por meio da análise de estudo de casos de intervenções arquitetônicas em habitação unifamiliar. Embora a presente reflexão se oriente pelo entendimento de que a unidade habitacional não configura o acolhimento da totalidade da realização do “habitar”, foi adotado como recorte de investigação o contexto da moradia. No capítulo seguinte, uma aproximação ao processo de periferização do DF contribuirá para a compreensão desse contexto.

PERCURSO HISTÓRICO DA HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Abordagens históricas evidenciam que o problema das cidades brasileiras se agravou com o processo de rápida urbanização, em particular com o intenso fluxo migratório da população rural para aglomerados urbanos no início do século XX (Bonduki, 2017). Diferentes formas de atendimento à demanda habitacional urbana foram implementadas por atores institucionais ou pela autogestão, de forma quantitativamente significativa. Todavia, a política pública de habitação social esteve atrelada a interesses econômicos, questões sanitárias ou de controle social, o que ocasionou prejuízos para a realização do habitar de famílias em faixas de renda mais baixa (Bonduki, 2017; Gouveia, 1995).

Ao longo do percurso histórico, observa-se que a habitação foi tratada como mercadoria, e não como um direito social, como define a Constituição Federal (1988).

Essa visão repercute até os dias atuais, com a reprodução de modelos arquitetônicos, sem infraestrutura urbana adequada, afastados dos centros providos de serviços básicos. Ações orientadas pela racionalização da produção da habitação social sofreram forte inspiração do Movimento Moderno, sendo estabelecidas em maior ou menor grau em momentos em que se destacou a atuação do governo federal, como no período dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, iniciado na década de 1930, ou na expressiva produção financiada pelo Banco Nacional da Habitação, entre as décadas de 1960 e 1980.

Rolnik (2015) ressalta a relação do capital com a produção da habitação social, e aponta uma crítica à política habitacional brasileira:

No Brasil, historicamente, a política habitacional foi capturada pelo mercado financeiro. Isso está presente desde o modelo do Banco Nacional da Habitação (BNH), implantado nos anos 1960. O modelo era pegar um fundo público - o FGTS⁹ - e emprestar esse fundo para que empresas e construtoras comercializassem unidades habitacionais, sob o argumento de que, depois de um tempo, essas empresas e construtoras iriam recompor o fundo público. Ou seja, já começamos com uma distorção na política de moradia. A pergunta não foi “quais são as necessidades habitacionais dos brasileiros?”, mas “que produto podemos oferecer para que as pessoas comprem?” (Rolnik, 2015, p.284).

No período da redemocratização do País, com a falta de uma política habitacional a nível federal, foram implementadas experiências autogestionadas nas periferias urbanas, apoiadas por governos locais. Destacam-se os mutirões autogeridos de São Paulo da década de 1990, que apresentaram uma alternativa à construção até então realizada somente por grandes construtoras privadas. Financiados por agências internacionais, como a ONU-Habitat e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as iniciativas envolviam processos participativos de autoconstrução por movimentos sociais organizados, orientados por técnicos de arquitetura e engenharia. (Arantes, 2002). Essa relação de colaboração entre os técnicos e os mutirantes assemelha-se à prática da ATHIS. Nesse sentido, a descentralização da gestão urbana possibilitou maior atenção às especificidades geográficas, sociais e culturais de cada localidade. Entretanto, questões políticas e econômicas das cidades, determinantes de

⁹ Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

grande parte das problemáticas, fragilizam-se sem o amparo do governo central (Maricato, 2006 *in* Davis, 1946).

Entre 2009 e 2014, em resposta à crise global de 2009, foram construídos diversos conjuntos habitacionais por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Seguindo os moldes do BNH, reproduziu conjuntos genéricos, segregados dos centros e longe de serviços e infraestrutura básica para contribuir para a ativação do mercado da construção civil. O Programa atuou como multiplicador da suburbanização gerada nesses bairros de uso estritamente residencial, ao passo que ofereceu, pela primeira vez, subsídios consideráveis à população de renda mais baixa (Ferreira, 2012).

O público-alvo de programas de produção habitacional, como o BNH e o MCMV, é composto pelos excluídos do mercado formal da habitação, e a forma de atendimento adotada resulta no afastamento de famílias de seus núcleos sociais prévios e de vínculos de trabalho, sem a oferta de uma estrutura urbana e de serviços adequada às necessidades básicas (Guinancio, 2017). Destaca-se o problema histórico e cultural da produção da habitação social no Brasil, voltada para a reprodução de modelos na periferia das cidades.

Paralelamente, a prestação de assistência técnica apresentou-se como alternativa para a promoção do acesso à moradia digna, articulada a aspectos fundamentais da realização da vida das famílias: a preservação de laços sociais prévios; a permanência em vínculos de emprego e fontes de geração de renda; a promoção de soluções arquitetônicas viabilizando o acolhimento de necessidades e expectativas individuais.

A Assistência Técnica tem sua origem em 1976, com o Programa ATME¹⁰ concebido pelo arquiteto Clóvis Ingelfritz e patrocinado pelo então Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio Grande do Sul (CREA/RS). Por meio desse programa, cerca de 700 famílias foram atendidas ao longo de quatro meses e obtiveram habitações salubres e funcionais. “O objetivo não deve ser produzir apenas unidades habitacionais, mas sim produzir cidades através da habitação e não apesar dela”, afirmou Clóvis Ingelfritz (2017).

¹⁰ Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME)

A ATHIS tornou-se direito gratuito para famílias com renda de até três salários mínimos com a promulgação da Lei da Assistência Técnica (AT), nº 11.888, em 2008. O direito abrange todas as competências desenvolvidas por arquitetos e engenheiros para o desenvolvimento de projeto, edificação, reforma, ampliação e regularização fundiária da habitação. Contando com o apoio financeiro da União, os serviços podem ser prestados por: servidores públicos; integrantes de organizações não-governamentais (ONGs) sem fins lucrativos; profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia, ou em programas de extensão universitária; e profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas selecionadas pela União, Estado, Distrito Federal (DF), ou Município.

A lei garante a relação direta entre a população e os profissionais, e visa preencher as demandas não atendidas pelos demais programas habitacionais do governo, que, em sua maioria, focam na produção de novas unidades habitacionais. A Lei da AT procura resolver o problema de maneira mais direta e simples, por meio de reformas arquitetônicas para melhoria da habitação ou regularização da posse de terrenos.

A prestação da ATHIS tem evidenciado diferenciais significativos na promoção do direito à moradia. A melhoria habitacional contribui para a redução da vulnerabilidade da população que vive em condições precárias. São oferecidas condições de permanência no tecido urbano consolidado, com acesso à infraestrutura urbana adequada. Com essas ações observa-se redução da demanda por novas habitações que pressionam a expansão urbana. São aspectos que apontam para a necessidade de se refletir sobre a atuação de arquitetos e urbanistas nesse contexto, visando à diminuição da inadequação de domicílios no Brasil.

Ao longo do percurso histórico, a produção de unidades habitacionais como ação institucional se destacou, em dissonância com diversidade de necessidades habitacionais. O problema da habitação tratado de acordo com sua complexidade demanda ações distintas, tais como a urbanização de assentamentos precários, a regularização fundiária, as melhorias urbanas e habitacionais (ATHIS), ocupação de edifícios subutilizados a locação social, além de iniciativas voltadas à inclusão socioeconômica da população.

Em seguida, será explorado brevemente a abordagem das entidades representativas de Arquitetura e Urbanismo em relação ao campo da Assistência Técnica para HIS. As reflexões orientam-se pela necessidade de adequação da atuação profissional para atender às demandas habitacionais inerentes às cidades contemporâneas.

A ATUAÇÃO DAS ENTIDADES DE ARQUITETURA E URBANISMO NO CAMPO DE TRABALHO DA ATHIS

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), durante o 27º Congresso Mundial de Arquitetos (UIA2021RIO) lançou o “Manifesto do Conselho de Arquitetura do Brasil em defesa de moradia digna para todos – Um projeto para o CAU e para o Brasil”. No manifesto, o CAU reforça a necessidade e seu compromisso na luta pela efetiva implementação da Lei 11.888. Para isso, defende que a ATHIS seja transformada em Política de Estado, como o SUS e a Defensoria Pública, para garantir o pleno acesso desse serviço a quem precisa. O manifesto alinha-se com a motivação da presente pesquisa, pois questiona o foco da política habitacional brasileira ser majoritariamente na produção de novas unidades e reforça a necessidade de “melhorar a qualidade de 25 milhões de moradias no Brasil, (...) com carências de estrutura e conforto diversas” (CAU/BR, 2021).

O Conselho enfatiza a necessidade de maior posicionamento da categoria profissional de arquitetos na luta pelo direito à moradia, e assume compromissos para possibilitar e estimular a implementação da Lei 11.888 como política de Estado:

- 1- Valorizar e tornar mais conhecida a Arquitetura e Urbanismo, sensibilizando a população da necessidade dos arquitetos para a melhoria da qualidade de vida.
- 2- Utilizar todos os esforços para transformar a ATHIS em Política de Estado, da mesma forma que o SUS e a Defensoria Pública
- 3- Ajudar na produção de instrumentos, como materiais informativos sobre ATHIS, para as Prefeituras e Estados implementarem a lei.
- [...]
- 5- Financiar novos projetos-pilotos de ATHIS em todo país por meio de novos editais de patrocínio.
- 6- Fomentar o conhecimento da ATHIS nas faculdades e universidades, com atividades de pesquisa, extensão e residência ATHIS, estimulando a

formação de alunos com foco na lei. (Manifesto do CAU/BR em defesa de moradia digna para todos – Um projeto para o CAU e para o Brasil, 2021).

Além de assumir compromissos próprios, o CAU também destaca a necessidade da atuação conjunta de agentes da esfera pública, tais como Prefeituras, governos estaduais e distrital, Defensoria Pública, sociedade organizada, movimentos sociais, poder judiciário e os arquitetos e urbanistas (CAU/BR, 2021).

Desde 2018, os CAU/UF reservam 2% de seu orçamento para estimular ações de ATHIS no Brasil. Esse investimento tem possibilitado a realização de eventos, editais de patrocínio de projetos de ATHIS, concursos de projeto, ações de capacitação em ATHIS para arquitetos e produção de material informativo sobre o tema.

Uma iniciativa recente no Distrito Federal foi a Jornada de Assistência Técnica para Habitações de Interesse Social (JATHIS), realizada pelo CAU/DF e entidades representativas de arquitetos, em parceria com a CODHAB/DF e as instituições de ensino superior em Arquitetura e Urbanismo da capital. O evento teve três edições anuais desde 2017, sendo interrompido em 2020 pela pandemia de Covid-19. A Jornada contou com palestras e oficinas sobre o tema da ATHIS, promoveu a inserção de estudantes no Programa Melhorias Habitacionais da CODHAB e ofereceu capacitação em ATHIS para arquitetos.

O programa “Nenhuma Casa Sem Banheiro” originou-se em Lajeado, no Rio Grande do Sul, por meio da parceria do CAU/RS com a prefeitura local. Segundo Holzmann, o programa “rompeu a inércia do CAU, que somente organizava eventos [sobre ATHIS]”¹¹. O programa recebeu aderência do CAU/DF por meio de parceria com a CODHAB. Em evento de lançamento da iniciativa em Brasília, a então Coordenadora do Programa de ATHIS Sandra Marinho reforça que a função social do arquiteto vai além da ação comercial, e deve fortalecer a política pública, através do trabalho conjunto de arquitetos, engenheiros e assistentes sociais¹².

Mais recentemente, o CAU Brasil lançou uma plataforma digital para tornar público o Manifesto apresentado no congresso da UIA em 2021, em que divulga iniciativas existentes em ATHIS e apresenta prefeituras que possuem política pública para

¹¹ Fala de Tiago Holzmann em evento de lançamento do projeto “Nenhuma Casa Sem Banheiro” no DF, em 14 de outubro de 2021.

¹² Fala de Sandra Marinho em evento de lançamento do projeto “Nenhuma Casa Sem Banheiro” no DF, em 14 de outubro de 2021.

aplicação da Lei da Assistência Técnica, entre outros conteúdos: o Portal ATHIS. O Portal é uma ferramenta de utilidade pública para que profissionais, gestores públicos e a população em geral tome conhecimento sobre o direito à moradia digna, e se familiarize com ações bem-sucedidas de ATHIS no território nacional. Além disso, também estão disponíveis manuais de orientação técnica sobre a inserção nesse contexto e conteúdo audiovisual informativo.

Ante o exposto, existem vários exemplos da atuação de instituições privadas que atuam no mercado de trabalho de ATHIS, entretanto, enfrentam problemas financeiros e se deparam com particularidades de um público desassistido. Essa problemática poderia ser minimizada com maior amparo pelo Estado, por meio da capacitação dos profissionais para o atendimento a esse público, da intermediação entre os arquitetos e as famílias (cadastramento e seleção de beneficiários) e/ou da contratação direta dos técnicos para atender a população que vive em residências precárias.

A esse respeito, o arquiteto Caio Santo Amore julga “perigosa” a associação da ATHIS a um nicho de trabalho profissional. O professor da FAU/USP se posiciona receoso à interpretação da Lei da Assistência Técnica que permite o empreendedorismo individual nessa área, pois espaços populares precários não devem ser percebidos como oportunidades de negócio ou lucro. O arquiteto defende que as matrizes de criação da ATHIS na década de 70 nunca estiveram pautadas pela ampliação do campo de trabalho de arquitetos, e sim sempre vinculada a ação pública e política.¹³

Diante disso, é possível visualizar um amadurecimento nos debates e ações no contexto de atendimento ao público de baixa renda e no fortalecimento da função social do arquiteto e urbanista. O projeto para HIS envolve vários agentes e deve ser realizado por uma equipe multidisciplinar, alinhada aos interesses públicos e atento às problemáticas e potencialidades da realidade sócio-econômica-territorial em que está inserida.

Para os objetivos da presente reflexão, as análises serão direcionadas às ações de melhorias habitacionais, no contexto de implementação no Distrito Federal, sendo

¹³ Fala de Caio Santo Amore em evento do congresso mundial da UIA2021RIO sob o tema “ATHIS na Universidade/Extensão: caminhos trilhados e novas perspectivas”, em 22 de junho de 2021.

necessária a caracterização dos territórios onde se estabelecem as famílias de baixa renda. O governo local implementou uma estratégia de “planejamento reverso”, em que o zoneamento, formalização e qualificação do espaço urbano se realizam após a ocupação irregular pelas famílias. A compreensão desse contexto é necessária para o avanço da investigação.

CAPÍTULO 2: O CONTEXTO DE ATHIS NO DISTRITO FEDERAL E A ATUAÇÃO DO ESTADO NAS ÁREAS DE REGULARIZAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (ARIS)

Historicamente, a atuação governamental optou por ações voltadas à produção da moradia, afastando a população mais vulnerável para as margens da cidade. Os padrões de segregação espacial têm raízes na construção do Plano Piloto, o que gerou um tecido urbano complexo, condicionado à renda familiar. No contexto do Distrito Federal, a Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) se realiza majoritariamente nas Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS) – locais com características e desafios próprios, sendo necessários processos de regularização fundiária para prover o acesso à moradia digna para a população de baixa renda e atender as suas demandas específicas. A atuação da CODHAB/DF, por meio do subprograma Melhorias Habitacionais, tem foco na qualificação de residências já consolidadas nessas áreas.

O projeto de pesquisa e extensão “Assessoria Técnica para o Habitar de Origem Social” (ATHOS), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB), se insere nesse contexto por meio de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado com a CODHAB/DF em 2018. O Acordo viabiliza a inserção de estudantes de graduação e pós-graduação no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a formação profissional.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: AS ARIS NO DISTRITO FEDERAL

No Distrito Federal, a estratégia de afastamento dos mais pobres do centro tem raiz na construção da nova capital: “Enquanto os “criadores de Brasília”, arquitetos e políticos, foram exaltados, os trabalhadores que (...) [construíram a cidade], foram “homenageados” com a remoção para várias cidades satélites, logo após a conclusão das obras nas quais estavam engajados no Plano Piloto” (Gouveia, 1995, p. 65). Paviani (1996) destaca a relação entre a organização do território, sua gestão e da segregação socioespacial como problemáticas centrais de Brasília:

A organização do espaço urbano processou-se constantemente sob o formato de assentamentos esparsos, distantes entre si e do centro (o Plano Piloto de Brasília). Definimos Brasília como “metrópole polinucleada” [...]. A terra tem sido uma condicionante, apesar do monopólio público, no sentido de que ela poderá ser inacessível, escassa em certos momentos, distante para alguns e valorizada pelos que dela se apropriam com intuito especulativo (Paviani, 1996, 224).

Portanto, Brasília tem em suas raízes o “planejamento” urbano pautado por interesses econômicos. Antes da inauguração de Brasília, a população que ocupava favelas próximas ao Plano Piloto foi removida e relocada para as Regiões Administrativas (RAs) – Sobradinho, Planaltina, Gama, Taguatinga e Brazlândia (Figura 5).

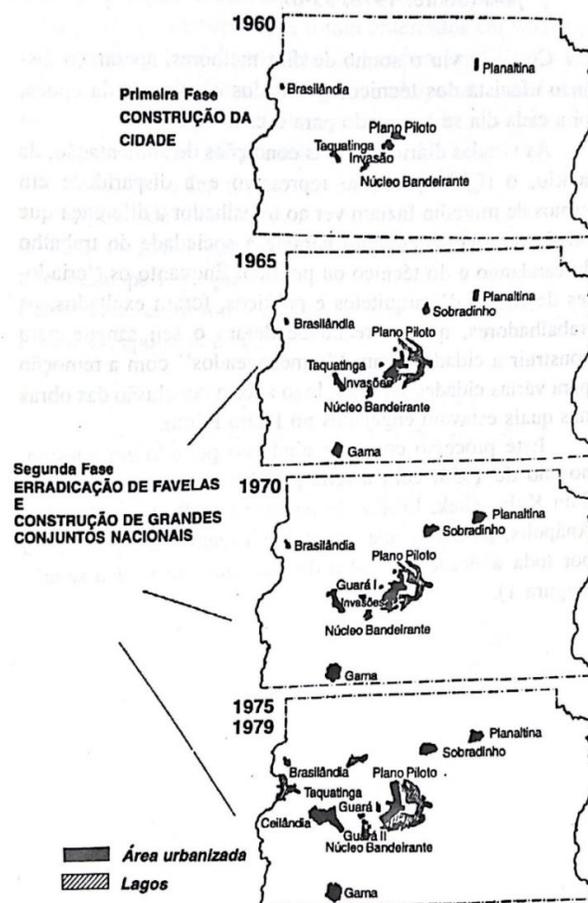


Figura 5: Evolução da ocupação urbana do DF no contexto de remoção de favelas do Plano Piloto.

Fonte: Gouveia, 1995.

No início da década de 1970, as favelas remanescentes no Plano Piloto foram transferidas para Ceilândia, cujo nome deriva da sigla “CEI – Campanha de Erradicação de Invasões”. A Campanha expulsou cerca de 120 mil pessoas do Plano Piloto, o que ocasionou num aumento abrupto da população ocupando áreas, em sua maioria, sem infraestrutura urbana ou acesso a água. Paralelamente, a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) iniciava seu trabalho de gestão de cerca de 60% das terras públicas do Distrito Federal, dando prioridade à população de média e alta renda e às construtoras privadas. Dessa forma, o DF assumiu uma configuração urbana similar à atual – com um polo de empregos na área central, o Plano Piloto, separado dos demais núcleos urbanos por grandes espaços vazios (Gouveia, 1995).

Tendo em vista as RAs mais antigas, Gouveia (1995) observa uma relação entre o aumento da renda domiciliar média das famílias e a maior proximidade ao Plano Piloto. Com base em dados recentes, nota-se que o padrão se mantém até os dias atuais, conforme demonstrado na Tabela 2. A desigualdade urbana, social e econômica é evidenciada e tem relação direta com a ação do poder público de relocar a população mais pobre para áreas periféricas.

Tabela 2: Relação entre distância do Plano Piloto e renda familiar média

Região Administrativa	Renda domiciliar média (R\$)	Distância aproximada do Plano Piloto (km)
Plano Piloto	14087	--
Núcleo Bandeirante	5486	17
Guará	7979	17
Sobradinho	6010,8	23
Taguatinga	5816,3	24
Ceilândia	4491,1	30
Gama	5034,4	36
Brazlândia	3425,6	49
Planaltina	3114,2	57

Fonte: PDAD, 2021; modificado pela autora, 2023.

Portanto, o processo de conformação do território do DF se assemelha aos padrões historicamente decorrentes da política nacional de habitação, tendo como base a destinação da moradia da população mais pobre à periferia e o alinhamento ao mercado imobiliário. Apesar da existência de instrumentos legais de proteção aos direitos das famílias em ocupações precárias, agentes públicos respondem a interesses do mercado, deixando a parcela vulnerável da população desassistida.

Diante da falta de amparo pelo Estado, famílias em situação de vulnerabilidade social se viram obrigadas a ocupar áreas irregulares¹⁴ e produzir suas moradias por autoconstrução. Essa dinâmica resultou em bairros de construções inadequadas à habitação, com problemas como: falta de ventilação e iluminação naturais, insegurança estrutural, vazamentos e infiltrações, falta de acessibilidade, instalações elétricas e hidráulicas inadequadas, entre outros, além de carências de infraestrutura urbana e espaços públicos adequados.

Nesse contexto, a partir dos anos 1990, o governo do DF iniciou um processo de regularização fundiária dessas áreas, criando as Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS)¹⁵, que são áreas constituídas majoritariamente por terrenos destinados à moradia, com área de até 250m², que possuem prioridade na regularização fundiária promovida pelo Poder Público (PDOT, 2009, Art. 125 a 127). São ocupadas por famílias com renda familiar de até 5 Salários Mínimos, que não possuem condições de arcar com os altos custos de aquisição de imóveis no mercado imobiliário formal.

As ARIS foram criadas por meio de legislação específica, como da Lei Complementar nº 806/2009, que estabelece as diretrizes para a regularização fundiária das áreas ocupadas por população de baixa renda no DF. A CODHAB/DF é a responsável pela implementação da política habitacional, incluindo a regularização fundiária. O processo é regulamentado pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial

¹⁴ Aqui se frisa o termo “irregular” pelo ponto de vista jurídico da palavra, dado que a população mais pobre foi impedida da possibilidade de ocupação “regular” desde a consolidação na nova capital (GOUVEIA, 1995).

¹⁵ Pode-se fazer um paralelo entre o instrumento da política urbana nomeado como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) do Estatuto da Cidade com as Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS) no Distrito Federal (PDOT, 2009). Entretanto, dado o contexto de ocupação do DF e entorno, as ARIS são formas de viabilizar a atuação governamental em áreas já consolidadas, enquanto as ZEIS tipicamente são aplicadas para destinar vazios urbanos e/ou imóveis não utilizados em áreas centrais para Habitação de Interesse Social.

(PDOT) e pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), que estabelecem as diretrizes e critérios para a regularização dessas áreas. A LUOS define as áreas destinadas à habitação social e as regras de uso e ocupação do solo nessas áreas, enquanto o PDOT define as áreas de interesse social e estabelece as diretrizes e critérios para a regularização fundiária, além de estabelecer as condições para a oferta de lotes urbanizados para a população de baixa renda.

De acordo com dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021, cerca de 25,7% das residências do Distrito Federal estão em situação irregular. Quanto ao déficit habitacional, totaliza 100.701 domicílios, o que corresponde a cerca de 10% do estoque total estimado do DF, de 963.812 unidades (IPEDF, 2023). Outros aspectos importantes: destaca-se a relação com a irregularidade fundiária, pois 46% dos imóveis próprios em déficit estão ocupando imóveis sem escritura, e o déficit é maior no grupo de renda média de R\$3.933,00, totalizando 48.977 domicílios, ou seja, 48,64% daqueles necessários para substituição – precariedade das habitações, coabitação e ônus excessivo com aluguel urbano – sendo os números mais expressivos em locais de irregularidade fundiária. A situação demonstra a importância das ARIS para garantir a posse legal das terras às famílias que nelas habitam, além de promover a urbanização e a melhoria das condições de vida nesses locais mediante atuação governamental. Como exposto no Gráfico 1, o déficit concentra-se em regiões com maior concentração populacional e, em geral, cuja população possui renda mensal mais baixa. O relatório constata ainda informações sobre o perfil dos responsáveis por domicílios em situação de déficit, sendo a população de mulheres negras mais afetada.

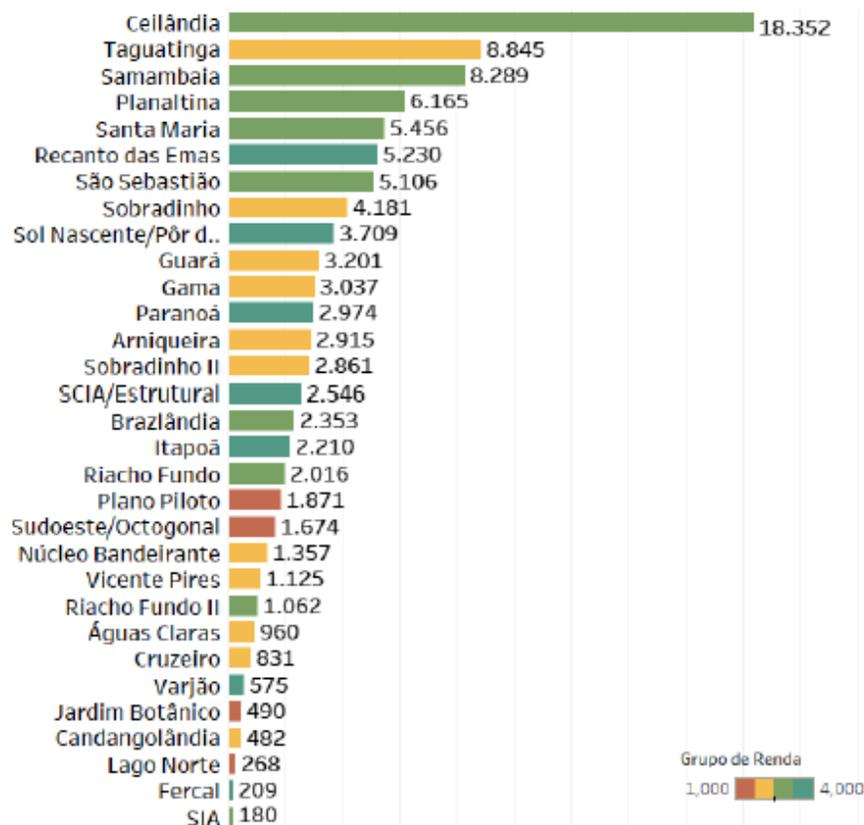


Gráfico 1: Déficit habitacional absoluto (nº de domicílios) por Região Administrativa

Fonte: DEPAT/IPEDF Codeplan, 2023

A regularização fundiária das ARIS é um processo complexo que envolve diversas etapas, como a identificação das áreas passíveis de regularização, a elaboração de projetos urbanísticos, a regularização ambiental e a regularização cartorial. Além disso, as ARIS também são contempladas por programas habitacionais, como o Minha Casa, Minha Vida (gestão Federal) e o Morar Bem (gestão do DF), que oferecem subsídios e financiamentos para a aquisição da moradia.

Existem diversas ARIS no Distrito Federal, com características específicas. A Figura 6 ilustra a localização dessas áreas no DF, em amarelo. Por meio do mapa, pode-se verificar a concentração em áreas periféricas e mais distantes do Plano Piloto de Brasília.

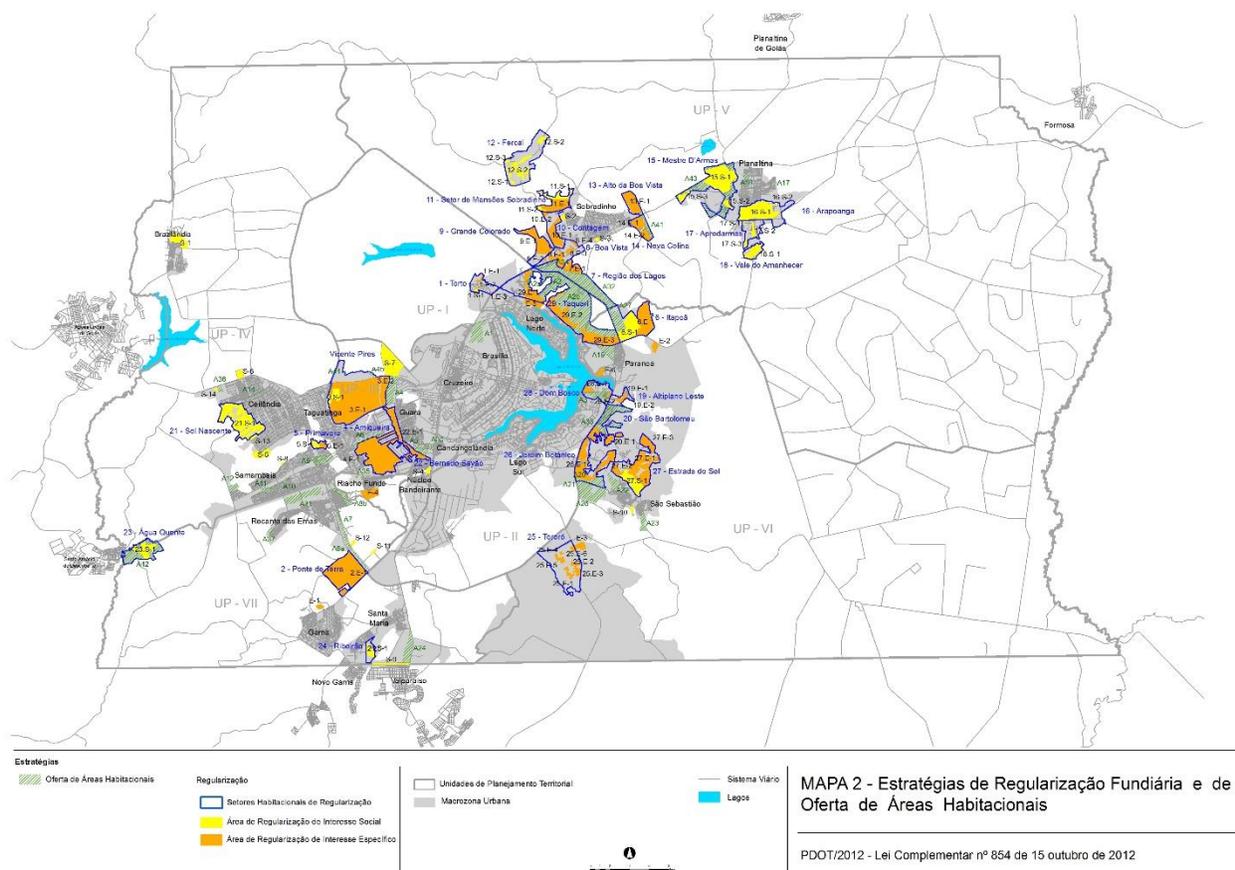


Figura 6: Mapeamento das Áreas de Regularização Fundiária dentro da Macrozona urbana do Distrito Federal – As ARIS localizam-se na periferia do Plano Piloto.

Fonte: PDOT, 2009

A formalização dessas áreas é um passo para garantir o direito à moradia digna e promover a inclusão social das famílias que vivem nesses locais por meio da segurança da posse.

Além da regularização fundiária, o governo local tem implementado diferentes programas¹⁶ por meio da CODHAB/DF, como a construção de unidades habitacionais de interesse social, a oferta de lotes urbanizados para a população de baixa renda e a prestação de assessoria técnica. A seguir, será investigada a linha de atendimento em

¹⁶ A política habitacional no Distrito Federal se realiza por meio do “Programa Habita Brasília” (PHB) desde 2016, pelo qual a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH) disponibiliza diferentes soluções para promoção da moradia adequada, englobando os seguintes programas: (i) “Lote Legal”, com a oferta de lotes urbanizados e regularizados; (ii) “Projeto na Medida”, com assistência técnica para para melhorias ou construção habitacional; e (iii) “Morar Bem”, com a produção subsidiada de unidades habitacionais.

ATHIS, por meio da experiência de atuação conjunta do Projeto de Extensão ATHOS/UnB com a CODHAB/DF, no âmbito do subprograma Melhorias Habitacionais. A consulta a atores envolvidos – famílias, gestores públicos, universidade e profissionais –, contribuirá para a identificação de ações e estratégias bem-sucedidas, entraves e possíveis caminhos para um cenário de aprimoramento.

O SUBPROGRAMA MELHORIAS HABITACIONAIS DA CODHAB/DF

O subprograma Melhorias Habitacionais, implementado pela CODHAB/DF, é amparado pela Lei Federal 11.888/2008 e Lei complementar nº 5.485/2015 (SINJ-DF), que viabiliza a implementação da Assistência Técnica para HIS no DF. Na gestão do arquiteto Gilson Paranhos (2015-2018), o subprograma promoveu a abertura de 12 escritórios de assistência técnica nas Regiões Administrativas do DF, ampliando o acesso e atendimento às comunidades. O subprograma Ações Urbanas esteve aliado às ações dos postos de atendimento para melhoria dos espaços públicos.

Os projetos elaborados preveem melhorias nas residências, em sua maioria autoconstruídas, tendo como prioridades salubridade, segurança e acessibilidade para os moradores, e abarca uma diversidade de necessidades da unidade habitacional, como demonstrado na Figura 5. As intervenções mais frequentes são referentes a melhorias em áreas molhadas (cozinha, banheiro, área de serviço) e cobertura (CODHAB, 2018). Em 2022, o programa previa o valor máximo de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) por obra executada, tendo iniciado em 2015 com o limite de R\$10.000,00.

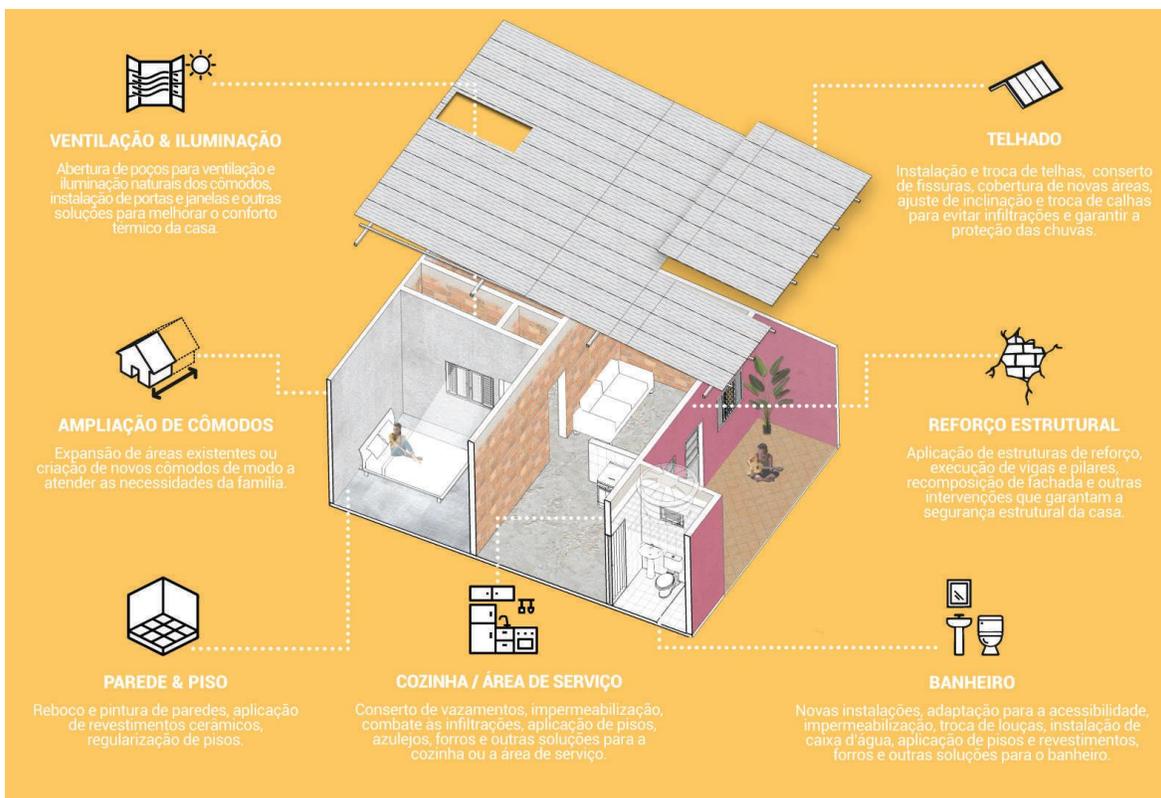


Figura 7: Intervenções contempladas pelo Subprograma Melhorias Habitacionais nas regiões administrativas do DF

Fonte: CODHAB/DF, 2018

O subprograma Melhorias Habitacionais é implementado a partir de uma metodologia consolidada (Figura 7) que envolve o acompanhamento de assistente social, arquitetos e engenheiros no atendimento às famílias beneficiadas. O cadastro inclui a identificação da demanda familiar e obtenção de dados socioeconômicos por assistente social da CODHAB. Com isso, se inicia o trabalho da equipe técnica com o levantamento arquitetônico da residência e entrevista para identificação das principais necessidades e expectativas do morador. Com essas informações é elaborada uma proposta de Estudo Preliminar a ser aprovada pelo beneficiário. Quando aprovado, os Projetos Executivos de Arquitetura e Engenharia (detalhamentos estrutural, hidrossanitário e elétrico) são produzidos. Com esses produtos consolidados se inicia o processo de contratação da obra, com licitação de empresa construtora, execução da obra e acompanhamento pela equipe técnica da CODHAB.

MELHORIAS HABITACIONAIS

METODOLOGIA: ETAPAS E PRODUTOS

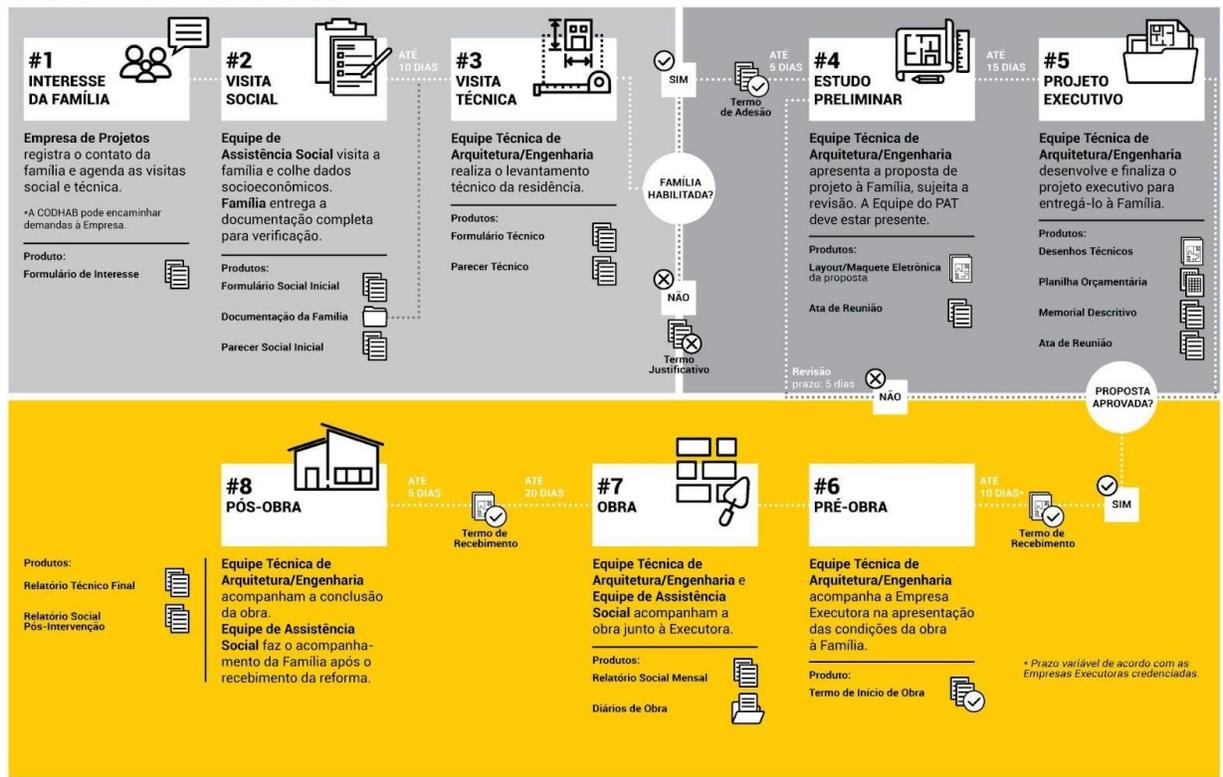


Figura 8: Metodologia do Programa Melhorias Habitacionais

Fonte: CODHAB/DF, 2018

Com a transição da gestão em 2018, a Companhia ficou sob a gestão de Wellington Luiz (nome completo) (2019 a 2022) e Marcelo Fagundes (2023) e foram priorizadas as ações orientadas pela reprodução de modelos arquitetônicos e urbanísticos pelo Programa Morar Bem. Com isso, a atuação do subprograma Melhorias Habitacionais foi reduzida. O fechamento de grande parte dos postos das RAs e a exoneração de arquitetos da DIATE (Diretoria de Assistência Técnica) tornou inviável o atendimento nos mesmos padrões da gestão anterior, ao passo que o programa segue ativo. A então Gerente de Projetos e Obras de ATHIS Arquiteta Sandra Marinho (2017 a 2022), foi de grande importância para a manutenção dos projetos de melhorias habitacionais, sendo responsável pela captação de recursos financeiros advindos de emendas parlamentares, bem como a renovação da parceria estabelecida com a Universidade de Brasília (UnB) e Centro Universitário Iesb em 2022.

AÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO ATHOS/UNB

Na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB), experiências em ATHIS ocorrem por meio de diferentes iniciativas: o Escritório Modelo “Centro de Ação Social em Arquitetura e Urbanismo Sustentável” (EMAU/CASAS), fundado em 2002; o Grupo de Pesquisa e Extensão “Periférico – trabalhos emergentes”; o Projeto de Extensão “Assessoria Técnica para o Habitar de Origem Social” (ATHOS), realizados em contextos e momentos distintos.

O Projeto ATHOS atua na promoção do direito à moradia adequada e à cidade por meio de cinco linhas de ação, adotando-se métodos específicos, conforme esclarecido a seguir:

- **MELHORIAS HABITACIONAIS:** Técnicas sociais e diagnóstico físico para qualificação de habitações de interesse social por meio da identificação das necessidades de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Proposição de intervenções, consolidadas em documentos técnicos.
- **QUALIFICAÇÃO URBANA:** Abordagem dos impactos do urbanismo na saúde e no ambiente natural, perpassando a HIS, o saneamento básico e a paisagem. Intervenção em espaços públicos com aproximação e articulação da população envolvida por meio da pesquisa participante do ponto de vista da análise crítico-social das políticas intersetoriais e do equilíbrio ambiental.
- **CAPACITAÇÃO PARA O PROCESSO CONSTRUTIVO:** Oficinas didáticas com disponibilização de jogos de cartilhas.
- **DESEMPENHO DAS SOLUÇÕES HABITACIONAIS:** Investigação e seleção de métodos de avaliação e monitoramento do desempenho da HIS com aplicação em estudos de caso selecionados.
- **TECNOLOGIAS CONSTRUTIVAS:** Investigações sobre tecnologias construtivas para a HIS, orientadas para a inovação e compatibilização entre diferentes sistemas.

Por meio do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre a Universidade de Brasília e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, o Projeto ATHOS atendeu famílias beneficiadas no subprograma Melhorias Habitacionais

A Companhia é responsável pela seleção das famílias e contratação de empresas por meio de processo licitatório para execução das obras. O projeto de extensão presta assessoria técnica às famílias.

Residências construídas sem acompanhamento técnico apresentam, em sua maioria, ventilação e iluminação naturais insuficientes ou inexistentes nos ambientes, sistema estrutural inadequado, instalações elétricas e hidrossanitárias precárias, e ambientes sem revestimento ou inacabados nas paredes e pisos. As soluções são específicas para cada família, visto que cada residência tem sua conformação e problemática própria. As famílias beneficiadas pelo subprograma são atendidas individualmente pelo Projeto ATHOS/UnB e tem seus projetos realizados por estudantes de graduação e pós-graduação, sob a orientação de docentes.

CAPÍTULO 3: PESQUISA DE CAMPO – A PARCERIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COM A GESTÃO PÚBLICA E A ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA PROMOÇÃO DO DIREITO À MORADIA

Ações implementadas no âmbito da parceria entre o Projeto ATHOS e a CODHAB/DF foram selecionadas como estudo de caso para a presente investigação. Foi adotado o método da Observação Participante (Thiollent, 1986), aplicado ao processo de atendimento às famílias. No âmbito do ACT, o Projeto ATHOS atendeu 10 famílias em São Sebastião (entre 2018 e 2019) e 10 famílias em Brazlândia (em 2022).

O atendimento contou com a prestação de assessoria técnica por alunos de graduação e pós-graduação, sob a orientação de docentes, visto que em ações de extensão prioriza-se o protagonismo do estudante. As famílias são selecionadas pelo órgão governamental, a partir de critérios estabelecidos pela política pública. Pelo diálogo e vivência individual com as famílias, foi possível identificar necessidades relacionadas às condições da moradia e expectativas inerentes à realização da vida cotidiana, experiências com construção (com e sem Assistência Técnica), vivências com arquitetos, a importância da conscientização política desse público, dentre outros aspectos suscitados no processo de aproximação.

Para os objetivos da presente pesquisa, adotou-se como procedimento metodológico a análise e avaliação do atendimento às famílias em Brazlândia em 2022. Como subsídio às reflexões, foram considerados os resultados obtidos por meio da execução das obras de melhorias habitacionais em São Sebastião, em que foi adotado o mesmo método de atendimento. Esse processo completo se realizou entre 2018 e 2019. Além do estudo de caso, foi realizada oficina de diálogo com profissionais inseridos nesse contexto. A Investigação Apreciativa (IA) fundamentou a seleção de estratégias de diagnóstico, a fim de ampliar a compreensão sobre o mercado de trabalho de assessoria técnica para HIS no DF, as potencialidades e barreiras existentes.

A pesquisa de campo, portanto, se estabeleceu por meio de passos metodológicos que permitiram uma aproximação e reflexões sobre a efetividade das ações de ATHIS nesse contexto, a saber:

1. **Compreensão e avaliação da parceria do projeto de extensão ATHOS/ UnB com a CODHAB/DF:** para os objetivos da investigação, foram analisadas as etapas de atendimento a famílias de baixa renda ocupantes de residências inadequadas, público-alvo das ações. Realizou-se em dois momentos distintos, a fim de possibilitar a compreensão e análise do processo de atendimento desde o levantamento de demandas com as famílias à entrega da obra:
 - a. Entre 2018 e 2019, o Projeto ATHOS/UnB atendeu dez (10) famílias em São Sebastião/DF (RA XIV), das quais quatro (04) tiveram suas obras realizadas. A análise dos respectivos projetos executados e imagens das obras concluídas possibilitou reflexões sobre o resultado final do atendimento;
 - b. Em 2022 foi realizada observação do processo de assessoria técnica a dez (10) famílias em Brazlândia/DF (RA IV);
2. **Oficina de reflexão sobre ATHIS com profissionais:** realizou-se com profissionais inseridos no mercado de trabalho de Assistência Técnica para HIS em Brasília. Os resultados da discussão apontaram para uma compreensão das potencialidades no contexto da ATHIS no DF, que podem auxiliar a elaboração de futuros planos de ação.

ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS EM BRAZLÂNDIA/DF

Em 2022, o Projeto ATHOS atendeu 10 famílias da Expansão Vila São José, ARIS de Brazlândia/DF (RA IV), com assessoria técnica para melhorias habitacionais. A RA teve origem em uma ocupação irregular localizada na Área de Proteção Ambiental – APA da Bacia do Rio Descoberto (Figura 9). A **ARIS Expansão Vila São José** localiza-se a cerca de 50km de distância do Plano Piloto. Enfrenta problemas como a ausência de regularização fundiária, apesar de já ser provida de urbanização básica (pavimentação, acesso a água, tratamento de esgoto e energia elétrica), seu projeto urbanístico de regularização aprovado em 2018 (Figura 10).

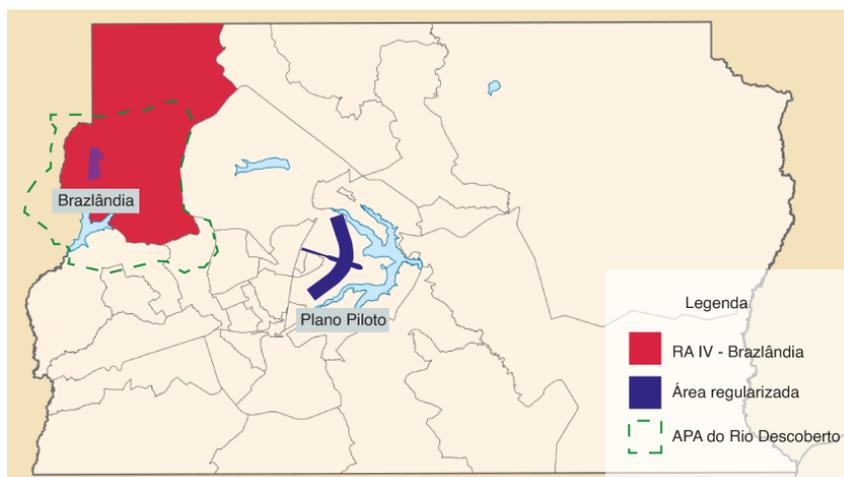


Figura 9: Localização de Brazlândia na APA da Bacia do Rio Descoberto e distância do Plano Piloto de Brasília.

Fonte: Wikipedia; modificado pela autora, 2022.



Figura 10: Localização da Vila São José em Brazlândia/DF

Fonte: Google Earth; modificado pela autora, 2022.

As famílias atendidas no âmbito do ACT UnB/ ATHOS/ CODHAB possuem ao menos um membro portador de necessidades especiais, seja física ou cognitiva. Essa

condição ofereceu prioridade no atendimento entre os cadastrados no programa. Foram atendidas 10 famílias em dois grupos de discentes da FAU/UnB, orientados pela equipe docente. Para o atendimento, o primeiro grupo foi composto por bolsistas de graduação; o segundo por alunos da pós-graduação e voluntários da graduação da FAU/UnB. A prestação de Assessoria Técnica se efetivou conforme as especificidades consolidadas nas Tabelas 3 e 4:

Tabela 3: Especificidades do atendimento a famílias em Brazlândia – GRUPO 1

Beneficiário	Problemática principal	Proposta de intervenção	Etapa Realizada¹⁷
<i>Carlos A. G. L.</i>	Falta de iluminação/ventilação naturais, sem acessibilidade para filho cadeirante	Abertura de poços de ventilação e melhoria da funcionalidade com mudança no layout	Projeto Executivo entregue
<i>Demetrius L. F.</i>	Instalação elétrica e hidráulica precárias, necessidade de quarto para filho	Adequação elétrica, criação de novo cômodo e alteração no layout da cozinha	Projeto Executivo entregue
<i>Elizete B. P.</i>	Necessidade de banheiro adaptado para filha, falta de iluminação e ventilação naturais na cozinha	Criação de banheiro adaptado, melhoria da funcionalidade e iluminação/ventilação da cozinha	Projeto Executivo entregue
<i>Eunice A. P. S.</i>	Instalação elétrica inadequada, falta de iluminação e ventilação naturais na cozinha e quarto dos filhos	Abertura de poço de ventilação, melhoria da funcionalidade da cozinha, adequação elétrica	Projeto Executivo entregue
<i>Maria P. C.</i>	Falta de iluminação e ventilação naturais, falta de acessibilidade para filho cadeirante	Ampliação do pé direito para abertura de janelas e criação de quarto para filho	Projeto Executivo entregue

¹⁷ A entrega do Projeto Executivo significa a aprovação e concordância da família com a intervenção proposta na residência. Consiste na garantia legal que a CODHAB poderá prosseguir com a contratação da obra conforme definido pela equipe técnica (em Projeto Arquitetônico e Complementares, Memorial Descritivo e Orçamento).

<i>Ivonete M. S. F.</i>	Falta de acessibilidade para filho cadeirante, infiltrações no telhado	Reforma do banheiro adaptado e adequação da cobertura	Projeto Executivo entregue
-------------------------	--	---	----------------------------

Fonte: Da autora, 2022.

O atendimento ao Grupo 01 foi iniciado em abril de 2022 com 6 alunas bolsistas de graduação. Cada bolsista foi responsável pelo atendimento a uma família específica, e assumiu a entrega dos produtos: Estudo Preliminar, Projeto Executivo de Arquitetura, Projetos de Engenharia (instalações hidrossanitárias, instalações elétricas e estrutural), Orçamento e Memorial Descritivo. O ciclo de projetos e elaboração dos produtos finais teve duração de 6 meses.

O Grupo 2 iniciou seus trabalhos em julho de 2022 e contou com 4 alunos de pós-graduação, sendo 3 arquitetas e 1 engenheiro, e 4 alunos de graduação voluntários. Cada profissional assumiu responsabilidade por um projeto e coordenou a execução dos produtos com um ou dois alunos – este processo durou 3 meses.

Tabela 4: Especificidades do atendimento a famílias em Brazlândia – GRUPO 2

Beneficiário	Problemática principal	Proposta de intervenção	Etapa
<i>Claudia M. C.</i>	Construção inacabada, Instalação elétrica precária, falta de iluminação e ventilação naturais	Extensão da cobertura, nova instalação elétrica, criação de poços de ventilação, acabamento do banheiro, cozinha e área de serviço	Projeto Executivo entregue
<i>Cristiane V. M.</i>	Falta de funcionalidade e acessibilidade do banheiro, falta de iluminação e ventilação naturais na cozinha	Alteração no layout do banheiro e área de serviço, criação de poço de ventilação para cozinha e quarto	Projeto Executivo entregue
<i>Rosângela R. S.</i>	Instalação elétrica inadequada, presença de mofo e rachaduras no piso e paredes da casa	Adequação da instalação elétrica e impermeabilização das vigas baldrame	Projeto Executivo entregue

<i>João B. S.</i>	Falta de iluminação e ventilação naturais, infiltração na laje de cobertura	Construção de telhado para proteção da laje, abertura da área de serviço, melhoria da funcionalidade	Projeto Executivo entregue
-------------------	---	--	----------------------------

Fonte: Da autora, 2022.

Os atendimentos às famílias seguiram o método adotado pelo subprograma Melhorias Habitacionais da CODHAB. No momento da visita técnica foi realizada conversa para esclarecimento aos beneficiários sobre a contextualização da prestação da ATHIS, seu amparo legal no DF e uma breve reflexão sobre o direito à moradia digna expresso na Constituição Federal. A compreensão de que a ATHIS é um direito e não uma escolha do agente público leva o morador a se abrir sobre suas expectativas com relação ao serviço a ser prestado. Na sequência, os beneficiários são instigados a refletir sobre as necessidades das suas respectivas residências junto com a equipe técnica, que aponta possíveis soluções e ressalta a necessidade de avaliação da viabilidade dentro do orçamento restrito (de até R\$35.000,00¹⁸).

Paralelamente às reflexões sobre o direito à moradia, também foi perguntado sobre o conhecimento (ou não) das funções do arquiteto e urbanista. As respostas se dividiram entre os que não tinham conhecimento algum, os que já tiveram contato com esses profissionais por meio de amigos e familiares que trabalham na construção civil e alguns que conheciam pela televisão ou outros canais, mas nunca cogitaram contratar devido ao preço elevado. Para os beneficiários que tem aproximação à profissão, o arquiteto é quem calcula, desenha, gerencia obra, “faz planta” e “levanta casas”. As famílias também demonstraram desconhecimento sobre o direito ao acesso gratuito a ATHIS para grupos familiares com renda mensal de até 3 salários mínimos. A beneficiária Eunice revelou que associa a frase “projeto habitacional do governo” a construção de casas ou oferta de lotes, e que aquela era a primeira vez que conhecia um projeto voltado para reformas populares.

¹⁸ Previsão orçamentária para execução das obras cada família em 2022. O valor não é informado aos beneficiários.

Após a visita técnica, inicia-se a elaboração do Estudo Preliminar com a produção de maquete 3D, sempre orientado pela previsão orçamentária. A CODHAB utiliza como ferramenta uma planilha de orçamento referenciada a tabelas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI¹⁹. O processo projetual evolui por uma constante compatibilização entre a proposta arquitetônica e a simulação do custo da obra. Em muitos casos, a verba disponibilizada não atende plenamente as necessidades da casa, sendo necessário observar os eixos prioritários do programa – salubridade, segurança e acessibilidade – para viabilizar a execução das demandas mais urgentes.

Com a obtenção de uma proposta que compatibiliza limite orçamentário e prioridades de intervenção, realiza-se uma visita de apresentação do Estudo Preliminar ao beneficiário. Nessa ocasião, além do projeto e imagens 3D impressos, a equipe ATHOS produziu maquetes físicas das residências para auxiliar na compreensão da proposta. Sabe-se que esse público-alvo tem dificuldades para compreensão de desenhos técnicos. Por isso a maquete física se apresentou como um instrumento de mais fácil apreensão das propostas de intervenção nas residências. As figuras de 29 a 32 ilustram o processo de prestação de Assistência Técnica a uma beneficiária na cidade de Brazlândia/DF.

¹⁹ O SINAPI produz séries mensais de custos medianos de salários de mão de obra e preços de materiais, equipamentos e serviços da construção civil.



Figura 11: Situação existente da cozinha / Figura 12: Imagem 3D do projeto para cozinha



Figura 13: Discussão do projeto com apoio de maquete física para melhor compreensão do Estudo Preliminar

Fonte: Da autora, 2022.

Durante a apresentação do projeto, o foco é deixar claro quais as intervenções que serão realizadas, para que não se crie a expectativa de uma reforma completa que não será contemplada em função dos limites orçamentários. A equipe apresenta a proposta em plantas baixas, imagens 3D, a maquete física, e explicando in loco o que será alterado. Com a apreensão do projeto pelo beneficiário, avalia-se que este se sente confiante para questionar as soluções e compreender as justificativas pelas escolhas tomadas, bem como solicitar alterações. A equipe técnica então realiza as modificações necessárias e inicia a etapa final, com a produção do Projeto Executivo de Arquitetura,

Projetos de Engenharia (instalações hidrossanitárias, instalações elétricas e detalhamento estrutural), Orçamento e Memorial Descritivo. Sob a constante revisão e orientação da equipe docente do Projeto ATHOS, os estudantes geram produtos prontos para a contratação de obras, a ser encaminhada pela CODHAB. O projeto final é apresentado à respectiva família pela equipe técnica, que encaminha a assinatura do termo de recebimento à CODHAB. Em seguida, com a verba confirmada para a execução da obra, a Companhia entra em contato com a família por meio de assistente social. Nesse momento, o morador deve confirmar a viabilidade de receber a obra, com duração entre 1 e 3 meses, e tomar as providências necessárias: deve-se esvaziar os locais de intervenção de itens pessoais e mobiliário, e, caso a obra se realize em toda a residência, providenciar local temporário de moradia.

É importante salientar que a assessoria técnica prestada no primeiro momento do Projeto Arquitetônico não se restringe à apresentação do desenho da proposta, e se torna muito mais efetivo por meio do diálogo com a família sobre as principais problemáticas encontradas na residência, bem como suas causas e consequências. Isso possibilita que o morador se torne atento a essas questões em sua vizinhança e compartilhe seus entendimentos com sua rede de amigos e familiares. Muitas vezes o processo de contratação e execução das obras sofrem grandes atrasos, o que torna essa troca de saberes muito relevante.

O compartilhamento de saberes entre os atores possibilita uma reflexão sobre a efetividade das políticas de promoção à moradia digna. Em muitas famílias, o processo de conquista da propriedade consiste em: ocupação irregular, relocação para a periferia com oferta de lote e posterior autoconstrução da habitação, que se realiza de forma incompleta.

A metodologia de ATHIS empregada pela CODHAB consiste em um processo com etapas definidas e contatos pontuais com as famílias atendidas: durante a visita técnica/ levantamento arquitetônico, na apresentação/ discussão do Estudo Preliminar e na aprovação do Projeto Executivo, sempre com acompanhamento de assistente social. A cada entrega de produto, portanto, a família deve aprovar a intervenção proposta, sendo possível a revisão pela equipe técnica quando necessário.

Nota-se que a atividade de projeto limitada ao orçamento aumenta a complexidade do trabalho, sendo o contexto de precariedade e inadequação edilícia complexo por natureza. O valor total de intervenção pré-estabelecido impõe a priorização de demandas de cada residência no projeto, e não contempla, na maioria das vezes, a totalidade das necessidades ou vontades das famílias atendidas.

PROJETOS EXECUTADOS E OBRAS CONCLUÍDAS EM SÃO SEBASTIÃO/DF

Em 2019 o Projeto ATHOS atendeu 10 famílias da Vila do Boa, ARIS de São Sebastião/DF, e realizou ação participativa de melhorias urbanas na praça do bairro²⁰.

A ARIS Vila do Boa é um bairro da Região administrativa de São Sebastião, localizada a cerca de 25km do Plano Piloto de Brasília. A área enfrenta diversos problemas de infraestrutura básica, como falta de abastecimento de água, sistema de coleta de esgoto e fornecimento de energia elétrica, além da falta de regularização fundiária.

A ocupação da RA se deu mediante a instalação de olarias em terras arrendadas pela Fundação Zoobotânica do DF como forma de provimento de materiais da construção civil para o Plano Piloto (Figura 33). Após as desativações das fábricas, o núcleo urbano se estruturou de forma irregular ao longo do córrego Mata Grande e Ribeirão Santo Antônio da Papuda. A Vila do Boa (Figura 34) consiste em uma Área de Regularização de Interesse Social (ARIS), e teve projeto urbanístico de regularização fundiária realizada pela SEDUH e aprovado em 2021.

Diferente da Expansão Vila São José em Brazlândia, a Vila do Boa não foi contemplada com obras de infraestrutura urbana, carecendo de pavimentação nas ruas, calçadas, arborização, drenagem, acesso à infraestrutura de saneamento básico.

²⁰ A ação de melhoria urbana realizada na praça da Vila do Boa amparou-se pelo subprograma Ações Urbanas Comunitárias da CODHAB/DF e contou com processo participativo para: definição de exigências e necessidades da comunidade, escolha da localização das melhorias e análise da viabilidade de realização mediante doação de materiais e mão-de-obra para execução por mutirão. O processo não será explorado em detalhes na presente pesquisa, devido ao recorte de investigação centrado na melhoria habitacional. Porém, destaca-se a possibilidade da ampliação do escopo da Assistência Técnica para além da unidade habitacional, com a qualificação do espaço público, permitindo a realização mais ampla do habitar.



Figura 14: Localização de São Sebastião em relação ao Plano Piloto de Brasília

Fonte: Wikipedia; modificado pela autora, 2023.



Figura 15: Localização da Vila do Boa em São Sebastião/DF

Fonte: Google Earth; modificado pela autora, 2023.

Para fins de avaliação do processo completo de assessoria técnica, foram incluídas no presente estudo de caso as famílias que tiveram suas obras executadas.

No âmbito das ações de melhorias habitacionais na localidade, o Projeto ATHOS atendeu 10 famílias entre 2018 e 2019. Quatro dessas famílias tiveram suas obras executadas e, portanto, tiveram acesso ao processo de assessoria técnica completo, no âmbito do Programa Governamental. As demais famílias atendidas tiveram seus projetos alterados pela equipe técnica da Companhia em virtude da necessidade de adequar as

propostas ao novo limite orçamentário (de R\$20.000 em (2018), sofreu acréscimo para o valor máximo de R\$25.000 em (2020)), e seguem aguardando a execução de suas obras²¹. As 4 obras da Vila do Boa foram executadas entre os meses de novembro de 2019 e fevereiro de 2020, conforme Tabela 5:

Tabela 5: Andamento das obras dos beneficiários atendidos pelo Projeto ATHOS em 2019

				OBRAS		
		Beneficiário(a)	Bairro	Cidade	Início	Conclusão
GRUPO 1	1	Ana Cláudia	Vila do Boa	São Sebastião-DF	13/01/2020	10/02/2020
	2	Elizângela	Vila do Boa	São Sebastião-DF	26/11/2019	13/01/2020
	3	Guiomar	Vila do Boa	São Sebastião-DF	17/12/2019	13/01/2020
	4	Zildo	Vila do Boa	São Sebastião-DF	10/12/2019	13/01/2020
	5	Izaldina	Vila do Boa	São Sebastião-DF	X	X
GRUPO 2	6	Adenilson	Res. Vitória	São Sebastião-DF		
	7	Divina	Res. Bosque	São Sebastião-DF		
	8	Elzirene	Centro	São Sebastião-DF		
	9	Jurandir	Bela Vista	São Sebastião-DF		
	10	Maria Rita	Res. Bosque	São Sebastião-DF		

Fonte: CODHAB/DF, 2022

A seguir apresentam-se, de forma sintetizada, as especificidades do atendimento aos beneficiários da Vila do Boa que receberam assessoria técnica por meio do Projeto ATHOS e que tiveram suas obras executadas no âmbito do programa público da CODHAB até o presente momento (Tabela 6).

²¹ Devido ao Decreto nº 40.526/20, que estabeleceu novas diretrizes de trabalho em função da pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19), as atividades externas da CODHAB foram temporariamente suspensas, fazendo com que as obras dos moradores beneficiados pelo ACT UnB fossem adiadas, sem previsão para retorno.

Tabela 6: Especificidades do atendimento às famílias em São Sebastião que tiveram as obras executadas pela CODHAB/DF

<i>Beneficiário</i>	<i>Problemática principal</i>	<i>Proposta de intervenção</i>	<i>Etapa Realizada</i>
Ana Cláudia C. F.	Rede elétrica inadequada, trincas e fissuras nas paredes, banheiro precário, cobertura com vazamentos	Reforma do banheiro (revestimentos e substituição das louças), recomposição estrutural das trincas e fissuras, revisão da cobertura e das instalações elétricas	Obra executada entre 13/01/2020 e 10/02/2020



Figura 16: Residência Ana Claudia: Banheiro antes da intervenção.
Fonte: Da autora, 2018



Figura 17: Residência Ana Claudia: Banheiro após a intervenção – substituição das louças, instalação de revestimento cerâmico nas paredes e piso.
Fonte: CODHAB, 2020.



Figura 18: Residência Ana Claudia: Sala antes da intervenção.
Fonte: Da autora, 2018

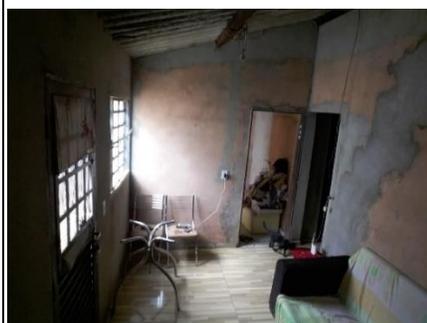


Figura 19: Residência Ana Claudia: Sala após a intervenção – recomposição estrutural de trincas e fissuras nas paredes e cinta de amarração; revisão das instalações elétricas.
Fonte: CODHAB, 2020.

**Elisângela M.
R. B.**

Construção de alvenaria inacabada, sem cobertura, família residia de forma improvisada com madeirite, instalações inacabadas

Viabilizar ocupação da construção principal por meio de execução de laje de cobertura e telhado e finalização das instalações do banheiro e cozinha

Obra executada entre 26/11/2019 e 13/01/2020



Figura 20: Residência Elisângela: Fachada frontal antes da intervenção.
Fonte: Da autora, 2018



Figura 21: Residência Elisângela: Fachada frontal após a intervenção – construção de laje pré-moldada em concreto; alvenaria de vedação; instalação de telhado.
Fonte: CODHAB, 2020



Figura 22: Residência Elisângela: sala antes da intervenção.
Fonte: Da autora, 2018



Figura 23: Residência Elisângela: sala após a intervenção – construção de laje pré-moldada em concreto; alvenaria de vedação.
Fonte: CODHAB, 2020

Guiomar P. S.

Cobertura inadequada, cozinha, área de serviço e banheiro precários, muro frontal sem portão, instalações elétricas inadequadas

Revisão da cobertura, alteração do layout para melhor funcionalidade, reforma do banheiro, cozinha e área de serviço com revestimentos e equipamentos novos, adequação da rede elétrica, portão frontal

Obra executada entre 17/12/2019 e 13/01/2020



Figura 24: Residência Guiomar: banheiro antes da intervenção.
Fonte: Da autora, 2018



Figura 25: Residência Guiomar: banheiro após a intervenção – substituição das louças, instalação de revestimento cerâmico nas paredes e piso.
Fonte: CODHAB, 2020



Figura 26: Residência Guiomar: área de serviço antes da intervenção.
Fonte: Da autora, 2018



Figura 27: Residência Guiomar: área de serviço após a intervenção – regularização do piso; abertura com cobogós para nova cozinha; instalação de tanque de lavar roupas.
Fonte: CODHAB, 2020



Figura 28: Residência Guiomar: cozinha antes da intervenção.
Fonte: Da autora, 2018



Figura 29: Residência Guiomar: cozinha após a intervenção – reforma da cozinha com instalação de nova pia e bancada; pintura das paredes; abertura com cobogós e instalação de revestimento cerâmico.
Fonte: CODHAB, 2020

Zildo P. S.

Irregularidade construtiva, banheiros precários, presença de mofo e infiltrações, ausência de revestimentos, instalações

Reforma dos banheiros, aplicação de reboco e pintura em toda a residência, assentamento de novos revestimentos, nova pia

Obra executada entre 10/12/2019 e 13/01/2020

elétricas e hidráulicas
inadequadas

para cozinha e tanque
para área de serviço



Figura 30: Residência Zildo: fachada frontal antes da intervenção.
Fonte: Da autora, 2018



Figura 31: Residência Zildo: fachada frontal após a intervenção – aplicação de reboco.
Fonte: CODHAB, 2020



Figura 32: Residência Zildo: cozinha antes da intervenção.
Fonte: Da autora, 2018



Figura 33: Residência Zildo: cozinha após a intervenção – aplicação de reboco nas paredes; assentamento de novo piso cerâmico; instalação de nova bancada.
Fonte: CODHAB, 2020



Figura 34: Residência Zildo: banheiro antes da intervenção.
Fonte: Da autora, 2018

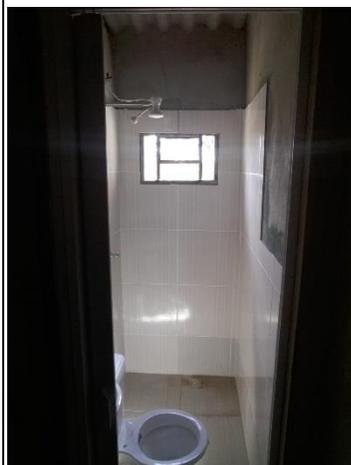


Figura 35: Residência Zildo: banheiro após a intervenção – substituição das louças, instalação de revestimento cerâmico nas paredes e piso.
Fonte: CODHAB, 2020.

Fonte: Da autora, 2019

As imagens permitem verificar os resultados das obras executadas. Para esse grupo de famílias, o caminho estabelecido pelo modelo de prestação de assessoria técnica da CODHAB/ ATHOS permitiu que a obra fosse executada conforme o projeto. As etapas estabelecidas no atendimento, bem como a limitação orçamentária, o compartilhamento de decisões com os clientes e a contratação da obra pelo poder público são caminhos que permitem o cumprimento do projeto na obra. Entretanto, não garantem a execução, passo que depende de diversos fatores além do orçamento, capacidade técnica da equipe e necessidade da população, como as prioridades políticas dos gestores eleitos.

O processo de atendimento prioriza os eixos do programa da CODHAB – salubridade, segurança e acessibilidade –, portanto a maioria das intervenções foca em áreas com presença de instalações hidráulicas inadequadas (banheiro, cozinha) ou que coloquem em risco a segurança da família (cobertura, estrutura, instalações elétricas). Para os estudos de caso investigados, as necessidades prioritárias de cada família/residência diagnosticadas pelo ATHOS foram contempladas pelo atendimento, visto que as obras seguiram fielmente os projetos realizados, que por sua vez foram construídos em conjunto com a equipe técnica e aprovados pelas famílias atendidas.

No entanto, não é possível afirmar que as necessidades de moradia adequada foram atendidas em sua totalidade pelo subprograma Melhorias Habitacionais. O atendimento viabiliza melhora significativa na salubridade e segurança da edificação, mas a restrição do orçamento e do padrão de projetos da CODHAB limita a intervenção a melhorias pontuais e relativamente “padronizadas”. Isso se dá pela intenção de dirimir a grande complexidade do atendimento com modelos-padrão de detalhamento técnico, pela falta de corpo técnico suficiente para possibilitar soluções mais inovadoras, pela necessidade de adequação aos padrões de composição da SINAPI, e para facilitar a execução da obra pela equipe contratada, visando à simplificação da leitura dos projetos.

DIÁLOGOS COM PROFISSIONAIS DA ATHIS

A fim de melhor compreender o mercado de trabalho de ATHIS, as potencialidades e barreiras existentes, foi realizada oficina de diálogo com profissionais inseridos nesse contexto, adotando-se o método da Investigação Apreciativa (IA). A intenção foi unir representantes de entidades diversas, com experiências profissionais relacionadas ao escopo amplo de assessoria técnica, para discutir e identificar problemáticas e possibilidades da ATHIS.

A Investigação Apreciativa (Souza, Mcnamee, Santos; 2010) foca no desenvolvimento de soluções a partir da identificação e ampliação de experiências positivas vividas de uma organização ou grupo. A IA não se concentra nos problemas, e em vez disso, busca explorar e ampliar o que “funciona bem”, orientando os participantes em direção a uma visão compartilhada e desejada do futuro. A partir de questões formuladas para instigar os participantes a imaginarem cenários ideais e caminhos para alcançá-los, tomando como base experiências pessoais bem-sucedidas, a dinâmica mobiliza o grupo a pensar em melhores possibilidades futuras. Com isso, as discussões podem evoluir para a concretização de planos de ação e projetos mais robustos dos temas discutidos. Dessa forma, a pesquisa tem caráter motivacional e se direciona para a construção de informações por meio de um caminho de objetividade. Ou seja, não se busca informações detalhadas acerca das experiências pessoais de cada participante, mas cada integrante do grupo utiliza-se de situações positivas já vivenciadas para uma construção coletiva sobre como atingir um melhor contexto futuro.

Souza, McNamee e Santos (2010) resumem o método a 4 etapas: Descoberta, Sonho, Planejamento e Destino (tradução própria²²). Na primeira fase, de Descoberta, os participantes dialogam em pares para conhecerem uma experiência individual bem-sucedida vivida anteriormente no contexto determinado. O entrevistador então apresenta ao grupo a vivência do entrevistado, o que auxilia no foco pela objetividade, visto que serão feitas perguntas com olhar crítico e questionador em um curto período de tempo para compreender o relato do outro. A segunda fase é o “Sonho”, em que o grupo é

²² Tradução livre do inglês “Discovery, Dreaming, Design, Destiny”.

encorajado a imaginar uma situação futura ideal. Cada um apresenta ao grupo o seu “sonho”, mesmo que diante das condições vigentes seja impossível de ser realizado.

A terceira fase corresponde ao Planejamento. Nesse momento, as duplas são formadas novamente para discutir caminhos para alcançar os cenários ideais apresentados. O grupo é encorajado a propor objetivos desafiadores, que também servirão de motivação para atingir resultados bem-sucedidos no futuro. A última fase consiste no Destino, em que se é traçado um plano de ação para definir necessidades para a realização dos objetivos discutidos anteriormente. O pesquisador, portanto, não assume uma posição de especialista ou orientador do processo, visto que os participantes são continuamente convidados a pensar de forma colaborativa sobre como foram possíveis as vivências bem-sucedidas no passado para produzir novas informações sobre como ampliá-las em um cenário futuro idealizado (Souza, McNamee, Santos; 2010).

O método da Investigação Apreciativa (IA) é largamente utilizado em instituições, e empresas, ou seja, o grupo submetido à análise geralmente possui experiência no mesmo ambiente de trabalho ou vivência. No caso da presente pesquisa, os participantes da Oficina possuem experiências individuais diversas, visto que houve representantes de instituições como o Conselho de Arquitetura, Sindicato dos Arquitetos, Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), professores universitários da área, ex-integrantes da CODHAB, e profissionais autônomos. Entretanto, seguindo as premissas da IA, garante-se a multiplicidade de vozes de profissionais inseridos no contexto mais amplo da ATHIS (atendimento a grupos organizados, atendimento individualizado a famílias, melhorias habitacionais e urbanas). As discussões da Oficina evoluíram até a fase de Planejamento, visto que não seria possível traçar um único plano de ação que abrangesse todas as entidades participantes.

A Oficina “Reflexões sobre ATHIS no DF” foi realizada de forma presencial na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB). O convite foi direcionado aos profissionais da construção civil que realizaram trabalho de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), seja por meio da CODHAB/DF, participação nas Jornadas de Assistência Técnica para Habitação de

Interesse Social (JATHIS), projeto Nenhuma Casa Sem Banheiro (NCSB - CAU/DF), ou pela iniciativa privada.

A fim de confirmar a riqueza e diversidade de experiências em ATHIS que elucidaram as discussões, o Anexo 1 apresenta relatório da Oficina, com roteiro, breve descrição dos currículos dos participantes e as formas de divulgação do evento.

A seguir, será apresentado o desenvolvimento da Oficina e seus resultados. O encontro iniciou-se com a apresentação dos participantes, do objeto da pesquisa da presente Dissertação e do método de Investigação Apreciativa pela autora e orientadora, Prof. Dra. Cristiane Guinancio. A dinâmica teve duração de 2 horas e meia, em que foi realizado o Diagnóstico a partir de situação positiva vivida em ATHIS, o convite ao Sonho e a fase de Planejamento, constituindo 3 das 4 fases do Ciclo 4-D da IA.

Na primeira fase, de Diagnóstico, o grupo foi convidado a se dividir em duplas (e um trio) diversas com um parceiro desconhecido ou com experiência diferente da própria. Cada participante entrevistou seu parceiro sobre sua vivência e escreveu uma síntese da experiência ouvida em uma cartela.

Após a apresentação das experiências positivas vivenciadas no contexto de ATHIS por cada participante, as cartelas foram agrupadas conforme temas similares, sintetizados a seguir:

1. Multidisciplinaridade da equipe de atendimento, o que possibilitou:
 - Reforma bem-sucedida de moradia de idosos sem tubulação hidráulica e satisfação dos moradores;
 - Ampliação de residência para melhoria da qualidade de vida de uma família;
2. Protagonismo e participação efetiva do público-alvo por meio da:
 - Imersão no contexto da região;
 - Participação popular no processo projetual e obra;
 - Receptividade e abertura ao diálogo;
3. Comunicação e divulgação do papel social do arquiteto;
4. Compartilhamento de tecnologia entre profissionais e população;
5. Atuação do arquiteto capacitado para o contexto da ATHIS por meio do (a):
 - Formação profissional pela experiência prática;

- Experiência com ATHIS que abre possibilidades de atuação fora de estigmas apreendidos na faculdade de Arquitetura;
- Visão total do processo arquitetônico; e
- Papel social do arquiteto representado pela valorização do espaço existente, otimização de recursos e redução de custos.

A segunda fase da dinâmica consistiu no convite ao “Sonho”, ou seja, um imaginário de situação ideal mediante grande investimento financeiro. Nesse momento cada participante escreveu em cartelas de forma individual e bastante objetiva qual seria o seu cenário futuro ideal dentro do seu contexto de assessoria técnica, sendo eles:

1. Capacitação especializada e atuação voltada para os interesses do público-alvo/
Formação acadêmica em ATHIS;
2. Conhecimento do público-alvo sobre atuação do arquiteto e dos seus direitos/
Ampla divulgação do papel social do arquiteto;
3. Compartilhamento de saberes entre técnicos e população;
4. Financiamento para ações de ATHIS;
5. Participação efetiva do público alvo/ Protagonismo dos grupos organizados nas tomadas de decisões
6. Domínio do contexto para definição dos critérios de atendimento (que devem ser orientados pelas necessidades dos beneficiários);
7. ATHIS como política de Estado/ Criação de política pública imersa, local, multidisciplinar, com atendimento ao espaço privado e público, com participação social e desburocratizada.

Os cenários otimistas dos integrantes da oficina orientaram-se por uma vontade de maior participação popular, formação de arquitetos para atuação em ATHIS e consolidação da ATHIS como uma política de Estado. Em seguida, foi realizada uma breve discussão com o grupo para serem agrupadas as cartelas com temáticas similares como preparação para a fase de Planejamento.



Figura 36: Discussão coletiva para apresentação dos sonhos e agrupamento das cartelas em “macrotemas” para etapa de Planejamento.

Fonte: Da autora, 2023.

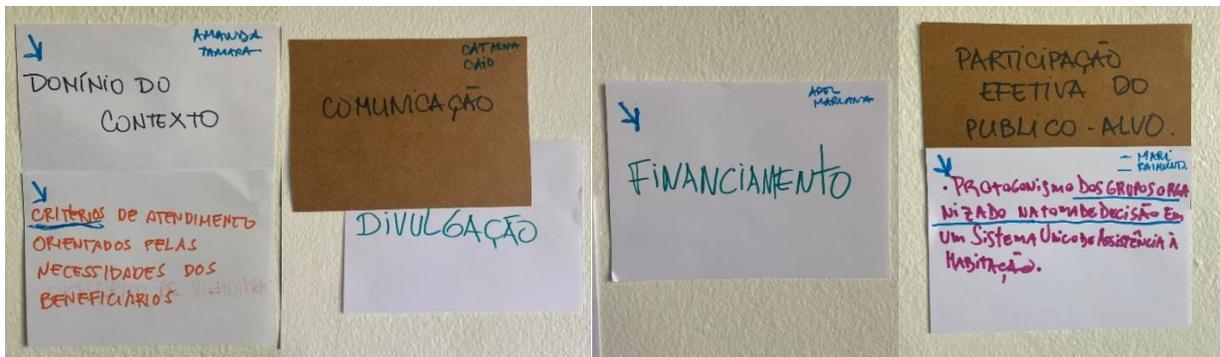


Figura 37: Cartelas selecionadas para etapa de Planejamento.

Fonte: Da autora, 2023.

Para a fase de Planejamento foi feita a seleção e síntese das cartelas para definição de quais seriam trabalhadas para apontamento das condições e estruturas necessárias para alcançar cada cenário idealizado. As vivências positivas podem se apresentar como caminhos a seguir para conquistar o futuro ideal. As duplas da primeira fase foram reagrupadas e encorajadas a fazerem “proposições provocativas”, por meio de objetivos desafiadores, a fim de mobilizar e enriquecer a discussão. Para as situações selecionadas, foi proposto:

Tabela 7: Planejamento de cenários futuros ideais em ATHIS

Cenário futuro	Caminhos a seguir
<p style="text-align: center;">Condições de financiamento para ações de ATHIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Consórcio • Financiamento coletivo participativo no âmbito privado - incentivos fiscais como, por exemplo, “adote uma praça” • Financiamento público por meio de taxas fixas mais baixas (Caixa, Banco do Brasil, BNDES) • Criação de um banco popular, cooperativas de microcrédito • Fundos públicos participativos
<p style="text-align: center;">Protagonismo e participação efetiva do público-alvo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Formação cidadã por meio da apropriação dos direitos à moradia e à cidade na educação básica
<p style="text-align: center;">Domínio do contexto</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo à pesquisa dentro de Universidades para mapeamento das cidades • Tecnologia a favor da publicidade desses estudos • Análise técnica multidisciplinar de cada região • Valorização da relação com líderes comunitários • Contato próximo com o morador ao longo das etapas do processo de atendimento
<p style="text-align: center;">Comunicação aos profissionais sobre ATHIS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Eventos e jornadas de ATHIS na grade curricular • Disciplinas de ATHIS na faculdade • Ações do Conselho de estímulo à atuação na área • Residências profissionais, cursos de pós graduação e técnico para formação e capacitação em ATHIS

Fonte: Da autora, 2023.

Por meio do compartilhamento de experiências, avaliações e propostas, as reflexões apontaram para consensos sobre a legitimidade e os desafios inerentes às ações de ATHIS para a promoção de condições adequadas de vida à população excluída do mercado formal da habitação. Paralelamente, permitiu o apontamento de caminhos capazes de contribuir para o fortalecimento das ações, considerada a sua relevância no contexto de desigualdades socioespaciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade social refletida no território das cidades brasileiras pode ser vista como consequência da política habitacional, cujo padrão é de afastamento da população de menor renda dos centros urbanos. A periferia formada majoritariamente por unidades habitacionais sem acesso a equipamentos públicos, mobilidade, saneamento ou infraestrutura adequada precariza a qualidade de vida das famílias.

No Distrito Federal, a segregação socioespacial pautou o crescimento urbano – o Plano Piloto se restringiu à população com maior poder aquisitivo, e a parcela mais vulnerável foi afastada para as Regiões Administrativas distantes, sem garantia dos serviços públicos necessários para ampla realização da vida. Para essas famílias, o “habitar” restringe-se à unidade domiciliar que, em muitos casos, se apresenta incompleto ou inadequado. Trata-se, portanto, de demanda coletiva por qualidade habitacional e urbana, desencadeada pelos processos históricos de exclusão territorial, considerando os interesses financeiros do Estado.

A compreensão mais ampla do habitar, que envolve a unidade habitacional e o conjunto urbano em que se insere, infere que essa parcela da população habitante de “não-cidades” tem seu direito à moradia reprimido. A desigualdade socioterritorial é evidenciada pelas diferenças de ocupação do tecido urbano – a relação entre centro/periferia e aglomerados urbanos/ bairros residenciais, ocasionada pela gestão ineficiente do território

Nesse contexto, as políticas públicas deveriam se apresentar como caminho para provimento do direito à moradia adequada e à cidade para a população em situação de vulnerabilidade social – sendo a Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social uma estratégia possível para a melhoria das condições de moradias já consolidadas. Na presente pesquisa evidenciou-se que por meio da ATHIS se realiza o atendimento de demandas pontuais e personalizadas, de modo a atender um público historicamente negligenciado pelos programas de governo, contribuindo, ainda, para a conscientização política e social sobre direitos sociais e o fortalecimento das dinâmicas de vida, necessidade intrínseca à realização plena do habitar. Por conta das especificidades do contexto, a assessoria técnica induz à aproximação entre o serviço social com a arquitetura e urbanismo.

Apesar do amparo legal pela Lei 11.888/2008, a ATHIS não tem se efetivado nos territórios a nível nacional. Depende, portanto, de vontades políticas dos gestores públicos para a promoção de iniciativas locais, como a experiência do subprograma Melhorias Habitacionais da CODHAB/DF. A ação viabiliza a compreensão da demanda da população de menor renda, possui relação direta com a execução da obra, e contribui para a melhoria da qualidade de vida das famílias, mesmo que de forma parcial. Cabe destacar ainda que o processo de assessoria técnica possibilita que o morador se torne atento às problemáticas edilícias em sua vizinhança e compartilhe seus entendimentos com sua rede de amigos e familiares. Muitas vezes o processo de contratação e execução das obras sofre grandes atrasos, o que torna essa troca de experiências em comunidade muito relevante.

Apontou-se na metodologia de ATHIS empregada pela CODHAB um processo com etapas definidas e contatos pontuais com as famílias atendidas. Entretanto, o trabalho da equipe técnica vai além da elaboração dos produtos técnicos, e envolve uma investigação e aproximação com a realidade vivenciada para propor a solução mais adequada para cada caso. Por conta disso, o contato limitado por vezes dificulta o desenvolvimento das ações. A maior proximidade dos arquitetos com as famílias é essencial para a elaboração de produtos mais adequados às necessidades de cada beneficiário.

A avaliação desses processos permitiu o compartilhamento de saberes entre os atores, possibilitando uma reflexão sobre a efetividade das políticas de promoção à moradia digna. Para muitas famílias, o processo de conquista da propriedade consiste em: ocupação irregular, realocação para a periferia com oferta de lote e posterior autoconstrução da habitação, que se realiza de forma precária ou incompleta. Ressalta-se a variedade de situações encontradas – existem beneficiários que foram contemplados com lotes por meio de um mesmo programa governamental, à mesma época, e evoluíram suas residências de formas discrepantes. Enquanto uma parcela consegue viabilizar uma qualidade mínima de construção ao longo do tempo, sendo necessário realizar apenas intervenções pontuais para melhoria, outra necessita de uma reforma a fim de “concluir” a obra, sendo necessário definir intervenções prioritárias por conta de limitação orçamentária.

Nota-se que a atividade de projeto condicionada por restrição orçamentária aumenta a complexidade do trabalho no contexto de precariedade e inadequação edilícia. O valor total de intervenção pré-estabelecido/disponibilizado impõe a priorização de demandas de cada residência no projeto, e não contempla, na maioria das vezes, a totalidade das necessidades ou expectativas das famílias atendidas. Caso houvesse alguma flexibilidade para definição do orçamento destinado a cada residência após a realização de visita técnica, essas situações poderiam ser amenizadas. Existem domicílios com maior ou menor grau de inadequação, portanto o atendimento também deve prever diferentes cenários de intervenção. Apesar disso, o valor definido tem passado por reajustes a partir da compreensão da necessidade de ampliar o escopo das intervenções – de R\$10.000 em 2018, e chega a R\$35.000 por residência em 2022.

Para o grupo que teve obra realizada, foi possível identificar o cumprimento das diretrizes estabelecidas em projeto arquitetônico no momento da execução. As etapas estabelecidas pelo modelo de assessoria técnica da CODHAB/ATHOS no atendimento, a definição orçamentária, o compartilhamento de decisões com os beneficiários e a contratação da obra pelo poder público são caminhos que permitem esse resultado. Entretanto, a execução não é sempre garantida, passo que depende de diversos fatores – além da disponibilidade do orçamento, capacidade técnica da equipe e necessidade da população – como as prioridades políticas e econômicas dos gestores eleitos.

Aqui se faz um paralelo com o histórico de instrumentalização econômica e política do espaço urbano pelo governo distrital (e federal). A habitação de interesse social esteve quase sempre aliada a estratégias de especulação de terra pública para pautar a segregação social no território, servindo aos interesses do mercado imobiliário. Conforme apontado, a política de produção habitacional para fins econômicos ou eleitoreiros *ainda* pauta a ação governamental do DF.

Como o processo de atendimento da CODHAB prioriza os eixos salubridade, segurança e acessibilidade, a maioria das intervenções foca em áreas com presença de instalações hidráulicas inadequadas (banheiro, cozinha) ou que coloquem em risco a segurança da família (cobertura, estrutura, instalações elétricas). Para os estudos de caso investigados, as necessidades prioritárias (mais urgentes) de cada família/residência diagnosticadas pelo atendimento no âmbito do Projeto ATHOS foram

contempladas, visto que as obras seguiram fielmente os projetos realizados, que por sua vez foram elaborados em conjunto com a equipe técnica e aprovados pelas famílias atendidas. Dessa forma, o escopo e metodologia do subprograma determinam os problemas passíveis de serem solucionados em cada atendimento.

No entanto, não é possível afirmar que as necessidades de moradia adequada foram atendidas em sua totalidade pelo subprograma Melhorias Habitacionais – no que diz respeito à unidade habitacional. A assessoria viabiliza melhora significativa na salubridade e segurança da edificação, mas a restrição do orçamento limita a intervenção a melhorias específicas e, em alguma medida, “padronizadas”. Isso se dá pela intenção de dirimir a complexidade do atendimento por meio da adoção de soluções-padrão de detalhamento técnico, pela falta de corpo técnico suficiente para possibilitar soluções inovadoras, pela opção de adequação do orçamento aos padrões de composição da SINAPI, e para facilitar/agilizar a execução da obra pela equipe contratada, visando à simplificação da leitura dos projetos. A tentativa de “padronizar” o processo de assessoria técnica pode ampliar a quantidade de famílias atendidas por uma equipe mais enxuta, ao passo que implica numa diminuição na qualidade do atendimento e das soluções oferecidas. Essa observação permitiu constatar que a articulação com Instituições de Ensino Superior, como a Universidade de Brasília, pode viabilizar experimentações – em projeto e obra – sobre novos processos construtivos e materiais aplicados ao contexto da habitação de interesse social, soluções inovadoras de conforto térmico-ambiental, metodologias de projeto participativo, entre outros. Ademais, vale ressaltar que o processo de atendimento no âmbito do Projeto ATHOS/UnB se realiza em prazo maior que pela equipe técnica da CODHAB.

Por conta da vivência em momentos distintos da parceria entre a extensão universitária e o gestor público, foi possível constatar a maior efetividade do programa em determinado momento. No início de sua implementação, o subprograma contava com os postos de atendimento nas Regiões Administrativas, equipados com profissionais de arquitetura e serviço social, além de dotação orçamentária. Mais recentemente, devido a mudanças na gestão de governo, a maioria dos postos de assistência técnica foram desativados, a equipe técnica foi reduzida, e as reformas são executadas a partir de verba discricionária, de emendas parlamentares. Para além da insuficiência de políticas

públicas voltadas para esse contexto, são apontadas particularidades na formação profissional dos arquitetos que restringem a compreensão das especificidades da demanda, resultando na baixa adesão de profissionais que prestam esse serviço nas esferas pública e privada.

A discussão acerca do papel social do arquiteto no processo de formação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo favorece o desenvolvimento de um profissional atento à realidade social de seu país. A inserção mais qualificada de profissionais nesse cenário se apresenta como um meio para maior democratização da arquitetura, contribuindo para o cumprimento da função social do profissional. Portanto, a maior importância dada a esse tema entre a categoria profissional pode contribuir para a diminuição de moradias inadequadas e pressionar os governos locais a destinar maiores investimentos em políticas públicas que tratem a habitação de acordo com a complexidade das necessidades existentes.

Além disso, a ATHIS evidencia a utilidade prática da arquitetura. Diante dos problemas contemporâneos das cidades brasileiras, torna-se evidente a necessidade de adequação da atuação profissional para atender às demandas da maioria da população. Entretanto, o reposicionamento da categoria profissional permeia outros fatores para além da faixa de renda do cliente atendido. É necessário compreender as necessidades amplas da coletividade que habita em territórios precários.

Nesse contexto, entidades profissionais tem promovido eventos, publicações como manuais e guias sobre ATHIS, campanhas de incentivo à arquitetura social e divulgação de iniciativas de habitação social a fim de indicar maneiras como a assessoria técnica pode ser colocada em prática. Diante disso, destaca-se a relevância do incremento de políticas de incentivo à atuação de arquitetos nesse contexto, como, por exemplo, isenções fiscais a profissionais que se dedicam ao trabalho social, programas de incentivo à utilização e pesquisa de softwares livres para modelagem, incentivo fiscal para a compra de equipamento de trabalho como computadores, softwares e materiais de construção, disponibilização de espaços de trabalho colaborativo, entre outros.

Iniciativas orientadas para a complexidade da demanda também têm sido observadas externamente à esfera pública. Ações locais de profissionais engajados em experiências cooperativas por meio da prestação de assessoria a famílias em situação

de vulnerabilidade social apontam para a construção de uma arquitetura socialmente acessível. Verifica-se uma diversidade de abordagens para o trabalho em ATHIS na iniciativa privada: desde o atendimento individual às famílias, a iniciativas esporádicas de aproximação com a arquitetura popular como a participação em concursos para habitação social, projetos Pro Bono e ações sociais de construção voluntária. Iniciativas como as pontuadas na presente pesquisa representam uma nova geração de arquitetos engajados socialmente que atuam no mercado de trabalho. Por meio de parcerias com empresas especializadas e instituições filantrópicas, são aplicadas estratégias de flexibilização dos métodos de pagamento, parcelamento dos custos do serviço, acesso ao microcrédito, organização de mutirões de construção, contratação de mão-de-obra local e a criação de projetos personalizados em conjunto com as famílias.

Os estudos realizados evidenciaram que a contribuição de arquitetos e arquitetas para as famílias de renda baixa ainda é bastante limitada. Na maioria dos casos, a produção voltada para a HIS restringe-se a altruísmo e “ação social” dos profissionais, visto que a atuação profissional na iniciativa privada depende de doações de terceiros e do pagamento dos projetos e obras pelas famílias, o que deveria ser gratuito e financiado pelo Estado, como estabelece a Lei 11.888 e a Constituição Federal. Diante disso, pode-se concluir que o empreendedorismo social não substitui a prestação do serviço público, e não é capaz de atender a complexidade da demanda habitacional sem maior atuação e incentivo do Estado. Cabe ressaltar a origem da criação da ATHIS na década de 1970 – que sempre esteve pautada pela construção de uma política pública para atendimento à população em situação de vulnerabilidade urbano-habitacional-social, a partir de um contexto de luta de classes. Destaca-se o protagonismo dos movimentos sociais urbanos, a mobilização popular pelo direito à cidade, e a negação ao atual modelo capitalista de produção do território, pautado pelos interesses de mercado.

O diálogo com profissionais inseridos no contexto da ATHIS no DF fomentou reflexões que apontaram para consenso sobre os desafios enfrentados para maior implementação de ações. A falta de financiamento, o desconhecimento da real demanda, a deficiência da formação profissional e a falta de participação social na política direcionam para um caminho em comum: da estruturação da ATHIS como política de Estado. A compreensão das reflexões suscitadas ao longo do processo de investigação

induz à formulação de recomendações para a política de assessoria técnica para habitação de interesse social do Distrito Federal. Essa construção envolve diversos atores e esferas de poder, no entanto, algumas frentes podem ser consideradas:

- Protagonismo e participação social nos processos de planejamento e implementação das ações: movimentos sociais por moradia, ONGs e profissionais envolvidos na HIS oferecem visões e experiências bem-sucedidas que devem subsidiar a construção coletiva de uma política de assessoria técnica. A criação e/ou fortalecimento de instrumentos de participação social na política, como os conselhos das cidades a níveis municipal, estadual e federal, audiências públicas e similares, amparam o fortalecimento e aperfeiçoamento de programas governamentais;
- Articulação de redes de assessoria técnica: a articulação de redes de atores, como universidades, instituições de pesquisa, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e profissionais da área, podem contribuir para a produção de conhecimento e aprimoramento de iniciativas de assessoria técnica;
- Investimento em projetos-piloto de assessoria técnica: o financiamento e ampliação de experiências locais positivas é uma maneira de demonstrar a eficácia da ATHIS e estudar metodologias de implementação. Uma avaliação sistêmica dessas iniciativas pode contribuir para a elaboração de uma política de Estado que se adeque às diversas realidades e necessidades existentes;
- *Territorialização* das políticas públicas: compreende-se a necessidade de uma nova forma de implementação de políticas visando à articulação de políticas setoriais de habitação, urbanização, saneamento, mobilidade, trabalho, saúde e educação no território, que deve ser visualizado de acordo com a diversidade das necessidades locais; e
- Compromisso do Estado: a descontinuidade de programas governamentais mediante mudanças de gestão, a oferta de habitação restrita para os cidadãos com baixa renda, e a negligência histórica do Estado em tratar o problema da habitação para além da provisão de novas unidades habitacionais, são alguns dos fatores que implicam na situação atual das cidades brasileiras. Falta um compromisso do governo em combater a expansão da informalidade e da

precariedade urbana – problema cuja solução excede o período de mandato do governante.

As pesquisas de déficit habitacional e inadequação domiciliar trazem indicadores e métricas sobre uma parcela dos casos. O domínio sobre o contexto da realidade da problemática habitacional pode se efetivar por meio da realização de um censo habitacional com profissionais capacitados para realizar entrevistas e coletar dados das cidades, a fim de obter informações mais precisas sobre a situação habitacional e urbanística da população. Quanto ao cálculo de inadequação de domicílios, cabe avaliar a inclusão de novos componentes nos aspectos de deficiências edilícias, tais como a falta de iluminação e/ou ventilação naturais, a falta de acessibilidade, precariedade de instalações elétricas, hidráulicas e a insegurança estrutural. Com um diagnóstico adequado da situação, o planejamento de ações pode se realizar de forma mais assertiva. Cumpre observar que o entendimento sobre a demanda habitacional implica uma projeção contínua das necessidades – não um número estático representativo do déficit. A adoção de uma abordagem participativa e colaborativa com inclusão de novas tecnologias digitais para diagnosticar o contexto de vulnerabilidade social nos territórios pode garantir melhor domínio da situação existente e necessidades futuras.

No âmbito da formação profissional, a inclusão de temas como o direito à moradia e direito à cidade na grade curricular do ensino básico pode contribuir para a participação mais efetiva e consciente do público-alvo nas discussões sobre habitação e cidades. Esse processo de formação cidadã e educação popular deve ser pensado de forma interdisciplinar e participativa, envolvendo estudantes, professores e sociedade civil para a construção de possíveis estratégias.

Quanto à hipótese inicial, entende-se que a contribuição mais qualificada e em maior quantidade de arquitetos e urbanistas para assessoria técnica à HIS poderá contribuir para a melhoria do contexto de moradias e espaços públicos precários, desde que de forma agregada a outras estratégias e profissionais – destaca-se a importância de assistência social. Algumas possibilidades incluem: a disponibilização de recursos públicos e oportunidades para atendimento, capacitação, treinamento e trabalho para os profissionais, como as JATHIS; a inclusão de disciplinas e projetos de extensão na grade curricular do curso de Arquitetura e Urbanismo, bem como cursos específicos de pós-

graduação, como as Residências da FAU/UnB, FAU/UFBA e FAUUSP. Essas iniciativas contribuem para a formação de profissionais mais qualificados para atender às demandas específicas de cada localidade.

Nesse sentido, destaca-se que a Arquitetura deve contribuir para diminuição dos problemas sociais. Uma atuação mais ativa dos profissionais arquitetos a favor da sua função social, a serviço da política pública, pode fortalecer a compreensão mais ampla do habitar, que contempla o conjunto necessário para a realização da vida. Dessa forma, a inclusão de arquitetos alinhada à participação da sociedade civil nos processos de planejamento, investimento em experiências bem-sucedidas e articulação com entes federativos, instituições profissionais, acadêmicas e de pesquisa, poderá promover uma política ampla e multidisciplinar de assessoria técnica e contribuir para mitigar o contexto de moradias e espaços públicos precários.

A articulação da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) demanda uma estruturação eficaz que transcenda a esfera normativa, buscando incorporar uma abordagem sistêmica alinhada às políticas que impulsionem ações concretas. Nesse contexto, é imperativo que a norma ou lei que rege a ATHIS não esteja dissociada da intrincada relação entre a sociedade e o estado, especialmente considerando a perspectiva sistêmica do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Nesse sentido, a atuação do arquiteto no âmbito da ATHIS não pode ser desvinculada da intersectorialidade das políticas públicas. A interconexão entre o serviço prestado pelo arquiteto e a abordagem intersectorial da política é fundamental para promover uma intervenção mais abrangente e eficaz.

Ao refletir sobre futuros desdobramentos da pesquisa, surge a oportunidade de identificar um problema relevante que possa ser explorado em nível de doutorado, a fim de dar continuidade ao trabalho atual. Um caminho promissor seria investigar mais a fundo o sistema de financiamento da ATHIS, compreendendo o papel do arquiteto em relação à lógica de produção capitalista das cidades. Isso implica uma análise mais profunda dos elementos do sistema financeiro que ditam as normas dos serviços públicos, bem como a compreensão da lógica da financeirização das moradias.

Por fim, não se pretende defender a ATHIS como a solução para o problema habitacional, já que a moradia deve ser tratada com soluções diversas, em respeito à complexidade de necessidades existentes. Apresentou-se a abordagem como uma das maneiras de se enfrentar a problemática de precariedade ou insuficiência de moradias. A assessoria técnica viabiliza uma maior participação do morador nos processos de intervenção, o que viabiliza uma implementação mais assertiva à realidade daquela família. Além disso, a ATHIS pode se realizar de formas diversas – na presente pesquisa foi apresentada a metodologia de melhorias habitacionais implementada pela CODHAB/ATHOS, mas existem aplicações em situações diversas, inclusive junto à oferta de lotes urbanizados a fim de se evitar a autoconstrução de forma inadequada, bem como para intervenções urbanísticas, projetos de equipamentos comunitários, capacitação para processos construtivos, etc. Dado o repertório conceitual, histórico e empírico apresentado pela presente investigação, defende-se a democratização da arquitetura e a função social do arquiteto e urbanista, e considera-se a assessoria técnica, realizada de maneira participativa, territorializada e multissetorial, como relevante instrumento para a garantia do bem-estar da população que habita, diante de um histórico de exclusão e desamparo, em espaços precários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Impérios e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões**. São Paulo: Editora 34, 2002.

ARTIGAS, R.; LIRA, J. Tavares. (Orgs.). **Caminhos da arquitetura**. Vilanova Artigas. Coleção Face Norte, volume 08. 4 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

BARATA, M. Arquitetura, tradição e realidade brasileira (1954) *In*: XAVIER, A. **Depoimento de uma geração: Arquitetura moderna brasileira**. 1 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil DE 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 mar 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. *Diário Oficial da República do Brasil*, Brasília, 24 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm> Acesso em: 20 mar 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da República do Brasil*, Brasília, 10 jul. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 12 mar 2022.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria**. 7 ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2017.

CANOVA, C; RAMOS, T.; SILVA, G. In: Encontro Nacional da ANPUR, V, 2018, Salvador. **Se habitação social for arquitetura: Um lugar para a sustentabilidade.** Salvador, 2018.

CARLOS, A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade.** 1 ed. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARLOS, A. **Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole.** 2 ed. São Paulo: Labur Edições, 2017.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - 2021.** Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio_DF-2021-1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL; DATAFOLHA Instituto de Pesquisa. **Pesquisa CAU/BR DATAFOLHA: O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no Brasil.** 2015. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>> Acesso em: 20 de março de 2018.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. **Portal ATHIS.** Disponível em: <<https://caubr.gov.br/moradiadigna/>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL. **Cartilha de orientações para escritórios populares de arquitetura: organizar, empreender e inovar.** 2020. <https://caudf.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/CARTILHA_Escritorios_populares_Arquitetura_CAUDF_IDEALIZATM-1.pdf> Acesso em: 17 de agosto de 2021.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL. **Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS): Kit de informações para a população.** 2021. <https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/Kit_ATHIS_Populacao_junho-2021.pdf> Acesso em: 17 de agosto de 2021.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL. **Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS): Kit de informações para o poder público.** 2021. <https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/Kit_ATHIS_PoderPublico_junho-2021.pdf> Acesso em: 17 de agosto de 2021.

content/uploads/2021/06/Kit_ATHIS_Poder-Pu%CC%81blico_junho-2021-1.pdf>

Acesso em: 17 de agosto de 2021.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL. **Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS): Kit de informações para profissionais.** 2021. <https://caubr.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/Kit_-ATHIS-_Profissionais_-junho-2021-1.pdf> Acesso em: 17 de agosto de 2021.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO DISTRITO FEDERAL. **Lançamento do projeto “Nenhuma Casa Sem Banheiro” no DF.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lokt7FU7fe4&ab_channel=FNAFedera%C3%A7%C3%A3oNacionaldosArquitetoseUrbanistas>. Acesso em: 14 out. 2021.

DAVIS, M. **Planeta Favela.** 1 ed. São Paulo: Boitempo. 2006.

DISTRITO FEDERAL. **Lei complementar nº 803, de 25 de abril de 2009.** Aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal — PDOT e dá outras providências. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/60298/Lei_Complementar_803_25_04_2009.html>. Acesso em: 03 dez. 2023.

DISTRITO FEDERAL. **Lei complementar nº 948, de 16 de janeiro de 2019.** Aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal - LUOS nos termos dos arts. 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em: <https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/fdab09844f754a998dea87e64a4b4d54/Lei_Complementar_948_16_01_2019.html>. Acesso em: 03 dez 2023.

KAPP, S. Experiências em AT e suas questões (2014) *In*: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS. **ATHIS e Direito à Cidade.** Rio de Janeiro, 2014.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE ARQUITETOS E URBANISTAS. **ATHIS na Universidade/Extensão: caminhos trilhados e novas perspectivas.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5wYoU9sZaqA&ab_channel=CAUDFOficial>.

Acesso em: 22 jun. 2021.

FERREIRA, João Setter Whitaker (coordenação). **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos.** São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.

FERRO, S. **Arquitetura e Trabalho Livre.** São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FERRO, S. **O canteiro e o desenho.** São Paulo: Insitituto dos Arquitetos do Brasil, 1976.

FERRO, S. **Usina: entre o projeto e o canteiro/organização** Ícaro Vilaça e Paula Constante. São Paulo: Edições Aurora, 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil: 2016-2019.** Belo Horizonte: FJP, 2021. Relatório.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. **Inadequação de domicílios no Brasil: 2016-2019.** Belo Horizonte: FJP, 2020. Relatório.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. **Metodologia do déficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil: 2016-2019.** Belo Horizonte: FJP, 2021. Relatório.

GHISLENI, C. **A lei da assistência técnica e a importância social da arquitetura.** ArchDaily Brasil. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/802978/a-lei-da-assistencia-tecnica-e-a-importancia-social-da-arquitetura-camilla-ghisleni>> Acesso em: 25 de março de 2018.

GORI, R. M. de A. **Observação Participativa e Pesquisa-Ação: Aplicações.** Itinerarius Reflectionis, Goiânia, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/rir/article/view/20329>>. Acesso em: 12 out. 2022.

GOUVEIA, L. **Brasília: a capital da segregação e do controle social: uma avaliação da ação governamental na área de habitação.** 1 ed. São Paulo: Annablume. 1995.

GUINANCIO, Cristiane. **Do espaço doméstico ao público: o acolhimento da vida das famílias na habitação social.** 2017, 295 f., Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

HEIDEGGER, M. **Construir, Habitar, Pensar. Vortäge und Aufsätze, Pfullingen**, 1954. Tradução por Victor Hugo de Oliveira Marques. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/324253871_Construir_habitar_pensar>.

Acesso em: 04 jul. 2022.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL. **Manual para a Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social**. 2012. <<http://www.iab.org.br/sites/default/files/documentos/manual-para-implantacao-da-assistencia-tecnica-publica-e-gratuiata.pdf> > Acesso em: 29 de março de 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL. **Relatório do Déficit Habitacional do Distrito Federal - 2021**. Brasília, 2023. Disponível em: <<https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2023/10/Relatorio-Deficit-Habitacional-do-Distrito-Federal.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

KAMIMURA, Rodrigo. **Arquitetura do povo, com o povo, para o povo – Teoria e Crítica – J. B. Vilanova Artigas, Sérgio Ferro, Lina Bo Bardi**. São Carlos, 2013.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro. 2001.

LORES, R. J. **São Paulo nas Alturas**. São Paulo: Três estrelas, 2017. Minha Casa Minha Vida – Recursos FAR. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>>.

Acesso em: 02 de junho de 2018.

MARICATO, E. Posfácio. In: DAVIS, M. **Planeta Favela**. 1 ed. São Paulo: Boitempo. 2006.

MARTINS, R.; GUINANCIO, C. **As perspectivas da atuação do arquiteto no contexto da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social**. In: Encontro Nacional Da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), XIX, Blumenau. Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Blumenau [recurso eletrônico]: PPGDR/FURB, 2022.

MENDONÇA, C. **Arquitetura na periferia: Uma experiência de assessoria técnica para mulheres**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

MONTANER, J., MUXI, Z. **Arquitetura e Política**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

NAIGEBORIN, V. **Introdução ao universo dos negócios sociais**. Artemisia, 2010. Disponível em: <http://www.big2050.org.br/_data/biblioteca/Artemisia-Introdu%C3%A7%C3%A3o_ao_Universo_de_Neg%C3%B3cios_Sociais.pdf>. Acesso em 22 de abril de 2018.

NOGUEIRA, P. S.; KAPP, S. **Práticas de arquitetura para demandas populares: a experiência dos arquitetos da família**. 2010. 186f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

PAVIANI, A. (Org.) **Brasília, moradia e exclusão**. 1 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

REIS, CABRITA. **O homem e a casa: definição individual e social da qualidade da habitação**. 1 ed. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil. 1995.

RIBEIRO, D.; SOUZA, N.; RIBEIRO E. Situação da arquitetura brasileira (1956) *In*: XAVIER, A. **Depoimento de uma geração: Arquitetura moderna brasileira**. 1 ed. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Observatório Territorial**. Déficit Habitacional Urbano, 2018. Disponível em: <<http://www.observatorioterritorial.seduh.df.gov.br/>>. Acesso em: 22 mai. 2023.

SILVA, A; NASCIMENTO, M. **O habitar no espaço geográfico: Uma breve discussão sobre o percurso histórico das políticas habitacionais brasileiras (1840 – 2019)**. Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 8, N. 1, 2019, julho, 2019.

SOARES, Alessandra; MAIA, Artur; ROSSI, Pedro. **O papel social da arquitetura. Entrevista com Ermínia Maricato**. Entrevista, São Paulo, ano 20, n. 078.01, Vitruvius,

maio 2019. Disponível em:
<<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/20.078/7351>>. Acesso em agosto de 2020.

Souza, L.; McNamee, S.; Santos, M. **Avaliação como construção social: investigação apreciativa**. Psicologia & Sociedade, 22(3). 2010.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

VALLADARES, L. **Os dez mandamentos da observação participante**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, online, v. 22, n. 63, p. 153-155, julho, 2007, Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000100012>>. Acesso em: 12 out. 2022.

WHYTE, W. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

YUNUS, M. MOINGEON, B. LEHMANN-ORTEGA, L. **Building Social Business Models: Lessons from the Grameen Experience**. Elsevier, Nova York, v. 43, n.2-3, abril-junho 2010, p. 308-325.

ANEXO 1 – OFICINA: REFLEXÕES SOBRE ATHIS NO DF

A Oficina: Reflexões sobre ATHIS no DF foi realizada no âmbito da pesquisa de campo da presente investigação. Adotou-se a abordagem da Investigação Apreciativa (SOUZA, MCNAMEE, SANTOS; 2010) para realizar momento de diálogo e reflexão com profissionais inseridos no mercado de trabalho de assessoria técnica no Distrito Federal, a fim de identificar potencialidades e gargalos na implementação da política. Os resultados são apontados no capítulo 2, sobre o Contexto de ATHIS no DF, em “Diálogos com profissionais da ATHIS”.

O encontro foi realizado de forma presencial na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB), entre 10h e 13h do dia 07 de janeiro de 2023. A data e horário foram definidos em conjunto com parte dos inscritos, mediante consulta prévia com possíveis participantes.

Para garantir a divulgação mais ampla e democrática, contou-se com intermédio do Conselho de ATHIS do Conselho de Arquitetura e Urbanismo/DF (CAU/DF) e do Instituto de Arquitetos do Brasil/DF (IAB/DF) que encaminharam o convite e formulário de inscrição aos inscritos em suas respectivas listas de e-mail. Também foi feita divulgação nas redes sociais do Projeto ATHOS e IAB.

O formulário de inscrição para a oficina foi divulgado por redes sociais e e-mail a arquitetos, por meio do intermédio do IAB/DF e CAU/DF, e contou com um campo para cada inscrito descrever objetivamente sua experiência em ATHIS, a fim de selecionar uma amostra qualitativa:

- Participante 1: professora do Centro Universitário UNICEPLAC e IDP na área de Habitação Social, conselheira do Conselho de ATHIS do CAU/DF e Sindicato dos Arquitetos, experiência prévia como arquiteta da DIATE - CODHAB/DF, com atuação nos subprogramas Melhorias Habitacionais e Ações Urbanas Comunitárias;
- Participante 2: arquiteta e sócia-fundadora do negócio social Bandeira Habitação, que atua por meio de parceria com o Programa Nova Vivenda e ONU Habitat, arquiteta selecionada para o programa Nenhuma Casa Sem Banheiro - CAU/DF

- Participante 3: arquiteta selecionada para o programa Nenhuma Casa Sem Banheiro - CAU/DF, experiência prévia na JATHIS como arquiteta coordenadora de projeto de Melhorias Habitacionais;
- Participante 4: professor universitário e pesquisador sobre o tema de Habitação Social na UnB, arquiteto com experiência prévia em atendimento a grupos organizados do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro/RJ;
- Participante 5: engenheiro civil e sócio fundador da empresa ArqBSB, que obteve contrato com a CODHAB/DF para atendimento de 130 famílias para Melhorias Habitacionais, com realização de projetos e gerenciamento de obras, atual conselheiro do Conselho de ATHIS do CAU/DF;
- Participante 6: arquiteta egressa da FAU/UnB, onde participou como bolsista de extensão do Projeto ATHOS em 2022, experiência prévia em estágio na DIATE - CODHAB/DF, com atuação no subprograma Melhorias Habitacionais;
- Participante 7: representante do Portal ARQPOP, fundado pela Fundação Nacional dos Arquitetos (FNA), com experiência prévia como arquiteto coordenador de projeto de Melhorias Habitacionais na JATHIS e realização de projetos de HIS pelo Sindicato dos Arquitetos;
- Participante 8: eletricista e graduando em Arquitetura e Urbanismo da UnB, onde participou como voluntário do Projeto ATHOS em 2022; e
- Participante 9: graduanda em Arquitetura e Urbanismo da UnB, atual bolsista de extensão do Projeto ATHOS.

ROTEIRO DA DINÂMICA

1. Apresentação dos participantes – Nome e onde atuou em ATHIS (5 min)

2. Apresentação da Dissertação (5 min)

3. Apresentação do método “Investigação Apreciativa” (5 min)

4. Dinâmica (1h 35 min)

a. Diagnóstico a partir de situação positiva vivida (30 min)

>> Convidamos vocês a se organizarem em duplas (ou trios), de preferência com alguém que você não conheça ou que tenha uma vivência em ATHIS diferente da sua.

(5 min). Escolha das duplas (equipes de pessoas que, de preferência não se conheçam e/ou não trabalhem juntas)

>> Nesse momento, pedimos que vocês compartilhem com suas duplas uma experiência muito positiva e marcante vivenciada no contexto da ATHIS. Podem questionar um ao outro e colher o máximo de informações possível. Ao terminar, escreva uma síntese da experiência ouvida na cartela.

(15 min). Entrevistas em duplas sobre experiências: manter olhar crítico e questionador sobre vivências de sucesso e condições que propiciaram a experiência positiva + Escrever síntese da situação ouvida na cartela.

(10 min). No grupo geral – cada um apresenta o que ouviu e cartelas serão agrupadas na parede de acordo com cenários similares.

b. Convite ao sonho (15 min)

>> Agora imaginem que sua organização ou empresa recebeu um investimento considerável para a realização de um sonho. Qual seria o cenário futuro ideal para que o seu trabalho em ATHIS seja realizado da melhor forma?

(5 min). Pensar no sonho de cada um e escrever síntese na cartela

(10 min). 1 min/ pessoa para apresentar seu sonho

c. Planejamento (50 min)

(15 min). Seleção e síntese das cartelas – definir quais situações serão trabalhadas para apontamento de condições e estruturas necessárias para alcançar cada cenário idealizado. As vivências positivas podem se apresentar como caminhos a seguir para conquistar o futuro ideal.

(15 min). Agrupamento nas mesmas duplas anteriores para traçar estruturas e condições necessárias para alcançar cada situação ideal – encoraja-se “proposições provocativas”. Escolher algo diferente do relato próprio para enriquecer e mobilizar a discussão. Escrever na cartela.

(20 min) Apresentação dos planos pelas duplas.

5. Fechamento e agradecimento

Será feita a sistematização das informações colhidas e serão repassadas para o grupo.